

AMANDA QUEIROZ MAGALHÃES

TORTURA: UMA VISÃO ATRAVÉS DO SEMANÁRIO *MOVIMENTO* (1978-1979)

MARIANA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/UFOP
2014

AMANDA QUEIROZ MAGAHÃES

TORTURA: UMA VISÃO ATRAVÉS DO SEMANÁRIO *MOVIMENTO* (1978-1979)

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Ms. Mauro Eustáquio Costa Teixeira.

Agradecimentos

A realização deste trabalho só se tornou possível porque tive o apoio, o estímulo, a compreensão e colaboração de algumas pessoas as quais gostaria de agradecer.

Primeiramente agradeço ao professor Mateus Henrique de Faria Pereira pela confiança que depositou em mim e no meu trabalho sabendo sempre compreender minhas limitações de tempo. Ao longo do caminho, quando este não pôde mais me orientar, tenho que reconhecer sua atenção e preocupação ao me indicar o professor Mauro Eustáquio Costa Teixeira, a quem também sou muito grata, por ter gentilmente aceitado ser meu orientador contribuindo de forma inestimável para a realização e conclusão deste trabalho com suas indicações de leitura, sugestões de caminhos e possibilidades e leituras críticas.

Agradeço aos mestres do Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto que despertaram meu olhar para muitas questões aqui presentes e que, por meio de seus ensinamentos, fizeram com que eu me apaixonasse ainda mais pelo estudo da História. Aos professores Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, Mateus Henrique de Faria Pereira, Álvaro de Araújo Antunes e Marcelo Abreu, agradeço por terem ministrado aulas inesquecíveis que me deram a certeza de que eu havia escolhido a profissão certa.

Agradeço às amigas da UFOP, Nívea Guimarães e Lorraine Leonel que se tornaram verdadeiras irmãs no decorrer desses anos dividindo comigo de forma mais direta as incertezas, os medos e as angústias, mas também todas as conquistas. Às companheiras da turma 09.2: Pollianna Gerçossimo, Juliana Soares, Letícia Batista, Geizibel Aparecida e Soraya Jorge, agradeço por todos os momentos compartilhados.

Fora da UFOP, devo também mencionar os amigos que indiretamente me acompanharam nesse trajeto não me deixando esquecer que eu era mais forte do que pensava. Eva Cristina e Denise Botaro, obrigada pelo carinho e apoio. Roselene Ferreira, obrigada pela confiança e por me possibilitar a oportunidade de conciliar meus estudos com o trabalho.

Tenho ainda que agradecer imensamente aos meus pais Eliana e Hernane pelo apoio sempre presente. Ao meu irmão Lucas, que constantemente me incentivou e ao meu companheiro e amigo Marciano que com seu carinho, compreensão e confiança suportou muitas vezes no decorrer desses cinco anos, a minha ausência, quando eu dedicava todo o fim de semana aos estudos, e também o meu mau humor, quando por várias vezes eu achei que não iria conseguir. Sem a paciência, o respeito e o acolhimento dele em tantos momentos, talvez nada disso teria sido possível.

Resumo

Esta monografia analisa, a partir da imprensa periódica de caráter alternativo da qual o jornal *Movimento* faz parte, as maneiras pelas quais esse jornal atuou na oposição ao regime militar, principalmente no aspecto referente à divulgação de reportagens que tratavam da tortura – procedimento que se tornou uma “política de estado” no período da ditadura militar no Brasil. Assim, vislumbrando o jornal *Movimento* como um espaço de debate, reflexão e denúncia onde, torturadores eram expostos e a prática da tortura era questionada, a proposta é investigar a partir das edições do periódico publicadas nos anos de 1978 e 1979, como o posicionamento e a estratégia jornalística de *Movimento* refletiram no processo de transição política do país.

Palavras-chave: Imprensa Alternativa, Ditadura Militar, Tortura, *Movimento*.

Abstract

This monograph analyzes, from the periodical press of alternative character in which the *Movimento* newspaper is part, the ways it acted in opposition to the military regime, especially in the aspect concerning the divulging of reports dealing with torture - a procedure that had become “state policy” during the military dictatorship in Brazil. Thus, viewing the *Movimento* newspaper as a space for debate, reflection and denouncement where torturers were exposed and the practice of torture was questioned, the proposal is to investigate, from the journal published in the years 1978 and 1979, how *Movimento*'s positioning and journalistic strategy reflected in the political transition process in Brazil.

Key-words: Alternate Press, Military Regime, Torture, *Movimento*.

Lista de Imagens

FIG. 01: Repórter de <i>Movimento</i> se submete à tortura no pau-de-arara	42
FIG. 02: Repórter de <i>Movimento</i> representa a tortura com o choque elétrico	44

Lista de Siglas

Aerp:	Assessoria Especial de Relações Públicas
AI:	Ato Institucional
CENIMAR:	Centro de Informações da Marinha
CIE:	Centro de Informações do Exército
CISA:	Centro de Informação Social da Aeronáutica
DCDP:	Divisão de Censura de Diversões Públicas
DEOPS:	Departamento Estadual de Ordem Pública e Social
DOI-CODI:	Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS:	Departamento de Ordem Pública e Social
MCV:	Movimento Contra o Custo de Vida
OBAN:	Operação Bandeirante
PCB:	Partido Comunista Brasileiro
PC do B:	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
SNI:	Serviço Nacional de Informações
STF:	Supremo Tribunal Federal.

Sumário

Introdução	06
Capítulo 1: A ditadura militar brasileira: repressão, tortura e censura	08
1.1 – 1968: início de um período de complexidades, ambivalências e contradições ..	11
1.2 – A repressão violenta da ditadura militar: a tortura e a censura	15
1.3 – O processo de transição política no Brasil	22
Capítulo 2: A imprensa alternativa no Brasil nos anos de 1970	25
2.1 – Dois grandes alternativos: <i>O Pasquim</i> e <i>Opinião</i>	30
2.2 – <i>Movimento</i> : o alternativo político	32
Capítulo 3: Tortura uma visão de <i>Movimento</i>	39
Considerações Finais	51

Introdução:

O valor da imprensa como fonte de investigação já é amplamente conhecido e a utilização desta para o estudo de temáticas referentes ao período da ditadura militar, ou sobre a imprensa nesse período, já vem sendo feita há algum tempo¹.

É vislumbrando então essa questão, que o presente trabalho utiliza como fonte de pesquisa um jornal da imprensa alternativa – o semanário *Movimento* – que circulou entre os anos de 1975 e 1981 e que teve importância fundamental no processo de resistência democrática do período, demonstrando como parte da imprensa tratava os problemas sociais, econômicos e políticos do país.

Movimento, desde seu nascimento, pretendia constituir-se como uma frente política, e ficou conhecido como um dos jornais alternativos mais influentes do país. Em suas edições, mesmo com o rigor da censura, que o perseguiu desde sua primeira edição, vetando total ou parcialmente suas matérias, o semanário confirmou seus importantes propósitos iniciais, incluindo o de ser “um projeto de oposição à ditadura” (AZEVEDO, 2011, p. 31). Dentre as formas de oposição ao regime militar empreendidas por *Movimento* estava a divulgação de reportagens que tratavam da tortura – uma prática violenta, que foi sistematicamente utilizada pelas Forças Armadas brasileiras “como meio de obter confissões dos presos políticos, [sendo] empregada como verdadeira política de Estado, autorizada pelas mais altas instâncias do poder civil e militar” (AARÃO REIS, 1999, p. 01).

Neste sentido, partindo da hipótese de que o jornal *Movimento* atuou diretamente no processo de combate ao autoritarismo característico do regime militar e de suas ações ditatoriais promovendo debates que foram verdadeiras práticas políticas, onde torturadores eram expostos e a tortura era questionada, este trabalho procura investigar a seguinte questão: não teria *Movimento* com seus discursos, seu posicionamento e suas estratégias jornalísticas influenciado no processo de transição política do país e, neste contexto, contribuído também no processo de construção do passado acerca dos crimes de violação dos direitos humanos no Brasil?

Buscando cumprir a tarefa de responder tal questão, o trabalho é iniciado com uma contextualização do governo ditatorial desde o golpe civil-militar em 1964 até o período de

¹ Dentre vários exemplos de obras e pesquisas historiográficas desenvolvidas nesse campo, é possível destacar: *Jornalistas e Revolucionários* de Bernardo Kucinski (1991), *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*, de Beatriz Kushnir (2004), *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento* de Maria Aparecida Aquino (1999), *Movimento, um jornal “partido”: trajetória e conflitos em torno de um semanário (1975-1981)* de Juliana Sartori (Tese de Mestrado 2006).

transição política. Nesse capítulo, a proposta é caracterizar o regime militar, principalmente com relação à repressão violenta implementada pelo mesmo, onde dá-se ênfase à censura e à tortura.

O segundo capítulo tem por objetivo apresentar os principais aspectos da imprensa alternativa destacando sua produção jornalística na década de 1970. Pretende-se também, abordar a história do jornal *Movimento*, ressaltando as condições de produção do mesmo no ambiente político da ditadura militar, os principais temas que eram tratados e debatidos em suas páginas e as maneiras pelas quais este atuou no processo de oposição ao regime militar.

Por fim, o terceiro e último capítulo pretende analisar as páginas do semanário nos anos de 1978 e 1979 buscando vislumbrar como o posicionamento e a estratégia jornalística adotados por *Movimento* naqueles anos, refletiram no processo de transição política do país.

A escolha desses dois anos justifica-se pela presença mais evidente de reportagens que abordam o tema da tortura, muito em função da liberdade que o jornal encontrou, após a suspensão da censura, para tratar de temáticas vinculadas à violação dos direitos humanos. Esse período é interessante também, por situar-se em um contexto de transição política, onde “foram gestados mecanismos destinados a substituir o autoritarismo e a repressão direta na função de garantir o controle do Estado sobre a mobilização política da sociedade” (TEIXEIRA, 2013, p. 59).

Capítulo 1: A ditadura militar brasileira: repressão, tortura e censura

A partir de abril de 1964, com um golpe civil-militar, desferido por um movimento que derrubou o então presidente do país – João Goulart e seu projeto político *nacional-estatista*, o Brasil passou a vivenciar uma nova ordem política caracterizada por um regime, que dentre inúmeros e diversificados aspectos destacou-se pelo grande cerceamento das liberdades.

O referido golpe, que foi resultado de um conjunto complexo de ações, processos e condições tinha uma ampla e diversificada frente que apresentava objetivos comuns muito genéricos: salvar o país da *corrupção*, do *populismo*, da *subversão* e do *comunismo*, além de restabelecer a democracia². Contudo, após a vitória, não existia um consenso geral sobre o que deveria ser feito. Havia, por um lado, os que desejavam simplesmente retirar João Goulart de cena, voltando, após a legitimação do golpe, à rotina institucional anterior; por outro, havia os que vislumbravam uma mudança de caráter mais profundo, não dando, por exemplo, oportunidades para os que foram vencidos no evento de recobrem suas posições nas eleições previstas para os anos de 1965 e 1966; por fim, havia os que pensavam ter um projeto alternativo ao que João Goulart propunha, ou seja, um projeto *internacionalista-liberal* que substituiria o projeto *nacional-estatista* de Jango.

Assim, no contexto de contradições que se instaurou após a queda de João Goulart, ocorreu uma “espécie de disputa surda entre lideranças e dispositivos alternativos”³. O poder efetivo, logo se organizou em torno de uma junta militar que era composta por representantes militares das três Armas e que se autodenominou “Comando Supremo da Revolução”.

O primeiro Ato Institucional, editado pela referida junta e que implantou o estado de exceção no Brasil, foi editado poucos dias após o golpe – 9 de abril de 1964. A partir do chamado Ato Institucional nº 1 (AI -1), iniciou-se no país a suspensão dos direitos políticos, a cassação de mandatos eletivos. Estas ações foram realizadas, primeiro, pelo “Comando”, e depois, pelo próprio presidente da república, no decorrer de sessenta dias. Além disso, ocorreram várias perseguições, que incluíam prisões, intimidações de diversos tipos, censura a publicações etc. Um acontecimento relevante foi a regulamentação estabelecida pelo “Comando” próximo ao dia da posse de Castello Branco. Tal regulamentação dizia respeito

² Essa questão é apresentada por Daniel Aarão Reis Filho em *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 33.

³ *Ibidem*, p. 35.

aos inquéritos que deveriam resultar nas punições. Sobre essa questão, Carlos Fico nos lembra que:

o responsável por um “Inquérito Policial Militar” teria amplos poderes e os oficiais superiores encarregados da condução de tais inquéritos comporiam o embrião da futura “comunidade de segurança e informações”, segmento mais radical da chamada “linha dura”, que sempre se mostraria insatisfeita com a duração e o alcance desta primeira “operação limpeza”, reclamando por isso o aprofundamento da ditadura e da repressão.⁴

Entretanto, essas ações decorrentes do AI-1 não eram aprovadas por todos os que apoiaram a derrubada de João Goulart. Na verdade, havia naquele momento duas posições, dificilmente compatíveis: de um lado estavam os homens do Comando Supremo que defendiam uma *revolução*, a exceção, o Ato Institucional, a ditadura, enfim, uma proposta de acabar com o projeto político de Jango (mesmo que esta proposta não fosse muito claramente definida). De outro, em função da “necessidade de considerar o conjunto de forças que haviam se reunido para aquele desfecho, o respeito pela democracia, por seus valores e por suas formas e ritos” (AARÃO REIS, 2002, p. 37), pois, o processo, na visão destes últimos setores, não havia sido realizado em nome da revolução, mas sim, em nome dos valores da democracia e da civilização cristã. Foi neste contexto que surgiu o nome do general Castello Branco, que parecendo sintetizar os dois lados, foi eleito pelo Congresso, apesar de não ser esta, a vontade de todos⁵.

O novo governo tinha um programa, um perfil, uma vontade de caráter reformador. Projetos no campo econômico, por exemplo, eram ambiciosos. Mas, com o desenrolar do tempo e dos fatos, conforme aponta Aarão Reis (2002), do ponto de vista liberal, o governo ia muito mal das pernas, isso porque, em um governo que dizia-se comprometido com valores liberais e democráticos, a repressão foi instaurada.

No decorrer de seu governo, Castello Branco, proibiu atividades políticas dos estudantes, não parou, conforme pretendia, os atos de punições “revolucionárias”⁶. Centenas de cassações e operações de censura foram realizadas, diversas lideranças sindicais foram suprimidas.

⁴ FICO, Carlos. “O golpe – O estado da arte”. In: *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 20.

⁵ O general Costa e Silva, por exemplo, não era a favor da escolha de Castello Branco para a Presidência da República, isto porque, logo após o golpe, ele se autoneomeou líder do “Comando supremo da Revolução” e “comandante-em-chefe do Exército Nacional” e a escolha do nome de Castello Branco impossibilitou assim, a sua imediata ascensão ao poder.

⁶ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 33.

Além disso, o general presidente decretou novo Ato Institucional – o AI-2 – que representou a reinstauração do estado de exceção; auxiliou o processo de redação e assinou a Lei de Segurança Nacional que estabeleceu a ideia de “guerra interna”; não impediu que militares radicais conquistassem poder político; decretou uma Lei de Imprensa restritiva; foi conivente com a tortura; fechou o Congresso Nacional, enfim, realizou ou acabou permitindo uma infinidade de ações que possibilitam contestar, conforme ressalta Carlos Fico (2004)⁷, uma leitura que vislumbra um perfil “legalista” e “moderado” para Castello Branco.

Carlos Fico⁸, ao discorrer sobre essa questão, ressalta a complacência de Castello Branco com as arbitrariedades do setor conhecido como *linha dura*. Segundo o autor, o presidente não teve forças para enfrentar esse grupo de pressão, que foi gradativamente conquistando força e poder. Essa evolução, de acordo com o autor, é de suma importância no processo de compreensão de outros episódios do período, uma vez que, demonstra que o projeto repressivo pautado em uma “operação limpeza” violenta e duradoura, já estava presente desde os primeiros momentos do golpe⁹.

Neste sentido, cabe ressaltar que a adoção da prática da tortura como método de investigação iniciada já em 1964, tornou-se um “padrão constante” desde então. Ao falar sobre essa questão, Heloísa Starling¹⁰ coloca que, analisando-se o período de 1964 à 1968 é possível identificar um grande volume de denúncias de práticas de tortura que eram realizadas inclusive na imprensa. Neste contexto, é interessante destacar o ano de 1965, onde a quantidade de denúncias era tão grande que acabou obrigando o presidente Castello Branco a mandar seu chefe de gabinete – o futuro presidente Ernesto Geisel – averiguar os fatos¹¹.

Diante de todas essas questões do governo Castello Branco, criou-se então um clima de descontentamento, que vinha de diferentes setores, até mesmo daqueles relevantes da grande frente que tinham apoiado o golpe, como por exemplo, o importante líder civil do movimento vitorioso Carlos Lacerda, que, preocupado com a impopularidade do governo, começou, junto com outros líderes, a criticar o projeto econômico que estava sendo implantado e a solicitar inclusive a saída dos responsáveis pelo referido projeto.

⁷ *Ibidem*, pp. 32-33.

⁸ *Ibidem*.

⁹ Essa perspectiva será retomada posteriormente quando for discutida a instauração do AI-5.

¹⁰ Heloísa Starling apresentou essa concepção em uma palestra concedida à UNIVESP TV no Seminário intitulado: “1964: 50 anos depois”, 2014.

¹¹ Naquele contexto Geisel confirmou a existência da prática de tortura nos locais por ele investigados, entretanto, retornou de sua “missão” tergiversando sobre os fatos e Castello Branco omitiu-se.

O descontentamento com o governo que vinha, cada vez mais, se caracterizando como uma ditadura militar¹², como um regime autoritário, era manifestado também pela imprensa, através, por exemplo, dos trabalhos desenvolvidos por humoristas e cartunistas. Estudantes universitários apresentaram naquele contexto, as primeiras manifestações públicas de oposição ao governo e constituíram ainda, “a principal base social do processo de rearticulação das esquerdas organizadas, postas, todas, na clandestinidade desde abril de 1964” (AARÃO REIS, 2002, p. 41).

Demonstrações de repulsa ao governo vinham também do campo cultural, onde intelectuais e artistas faziam ressoar através do cinema, das artes plásticas, do teatro, e da música de protesto, as amarguras e as perplexidades de vários setores sociais.

Contudo, mesmo diante dessa crescente onda de oposição e críticas ao regime, nesse primeiro momento, é importante lembrar que alguns setores ficaram à margem como as grandes massas de trabalhadores urbanos e rurais e também outros setores, que eram mais participantes nas lutas de reformas de base, e que “encontraram-se desorientados e desmoralizados pelo desabamento de suas referências político-partidárias e sindicais” (AARÃO REIS, 2002, p. 42).

No geral, o governo Castello Branco se via diante de um acúmulo de desgastes e foi neste contexto, que o general-presidente viu-se obrigado a admitir ser sucedido pelo general que havia se tornado o “condestável de seu governo”¹³: Costa e Silva.

O novo presidente assumiu com a proposta de promover o desenvolvimento do país e estabelecer uma “reconciliação democrática”. Dessa forma, assim como no governo anterior, vislumbrando novamente a questão do desenvolvimento do Brasil, o objetivo era cessar a recessão que aumentava a impopularidade do regime. Porém, a insatisfação com o governo precedente se intensificou e o novo governo teve que lidar com uma onda de movimentos públicos e protestos. Tais movimentos, representados principalmente pelo relevante movimento estudantil, pressionavam o governo; reivindicavam e, ao contrário da proposta de reconciliação do presidente Castello Branco, eram respondidos com uma repressão desproporcional.

1.1 – 1968: início de um período de complexidades, ambivalências e contradições

¹² Principalmente após a prorrogação do mandato de Castello Branco em julho de 1964.

¹³ Essa expressão é apresentada por Carlos Fico em “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 33.

Neste contexto de descontentamento entrou em cena o ano de 1968. Este foi um ano de contestações políticas, culturais e sociais em várias partes do mundo. No Brasil, este ano ficou marcado pela eclosão de diversos movimentos de oposição ao governo, mas também por uma pesada mobilização deste para combater as pressões por ele sofridas. Dentre as medidas adotadas pelo governo no processo de intensificação da ofensiva destaca-se a decretação do AI-5, em 13 de dezembro daquele ano.

Sobre essas questões que marcaram o ano de 1968, é necessário esclarecer algumas controvérsias. A primeira delas é com relação à distinção dos movimentos que se manifestaram contra o regime autoritário. Conforme apontado por Aarão Reis (2002)¹⁴, é importante destacar que o movimento estudantil, em sua autonomia, possuía um forte caráter sindical e se distinguia de organizações revolucionárias clandestinas, grupos de vanguarda, já determinados, em decorrência de sua evolução interna, à “luta armada”¹⁵ com o sistema. Essas organizações armadas representavam a “esquerda revolucionária”. Na verdade, eram poucas as organizações envolvidas e as ações por elas executadas eram pequenas, entretanto, “pelo ineditismo, e pelo simbolismo do desafio, provocavam uma imensa repercussão midiática e na sociedade” (AARÃO REIS, 2002, p. 50, *itálico no original*).

A segunda questão é referente à instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), Ato este que aprofundou; radicalizou o caráter ditatorial do regime militar. Ele permitiu a ação da polícia política, garantiu ao poder Executivo à possibilidade de caçar mandatos, fechar o Congresso, interferir nas decisões do poder Judiciário, além de suspender direitos. A controvérsia presente no AI-5 é com relação à sua gênese. Para Daniel Aarão Reis (2002)¹⁶, a decretação do AI-5 foi um “golpe dentro do golpe”, ou seja, a partir do AI-5, iniciou-se uma fase completamente distinta da que existia anteriormente, constituindo assim, a partir daquele momento, o estado de exceção. Entretanto, outros autores, como Carlos Fico (2004)¹⁷, defendem a tese de que o projeto repressivo, que inclui as arbitrariedades e violências contra alguns setores da sociedade¹⁸, existia desde os primeiros momentos do golpe e o AI-5 seria,

¹⁴ AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 50.

¹⁵ A expressão “luta armada”, utilizada por Daniel Aarão Reis, é ponderada por Carlos Fico (FICO, 2004, p.32), para quem ela “traduz mal as descontinuadas e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então, pois, nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns (assaltos a bancos e seqüestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso, nada obstante, infelizmente, terem causado a morte de muitas pessoas”.

¹⁶ AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 51.

¹⁷ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 34.

¹⁸ Dentre os setores da sociedade que se opunham ao regime militar, sobre os quais a tortura e outras atrocidades foram amplamente aplicadas é possível destacar estudantes, jornalistas, advogados, etc.

dessa forma, “um amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968” (FICO, 2004, p. 34). Neste contexto, cabe mencionar que, analisando-se a trajetória da ação repressiva do regime militar, aceitamos a posição de Carlos Fico, uma vez que, conforme já aludido anteriormente, desde os primeiros momentos do golpe diversos tipos de arbitrariedades já eram cometidas, incluindo a tortura, que logo após 1964 tornou-se um “padrão constante”. Neste sentido, é possível destacar que os episódios aos quais Fico se refere iniciados em 1968, se estenderam pelos anos seguintes e representam uma intensificação dos métodos repressivos do regime.

O final da década de 1960 e início da década de 70 foram anos carregados de complexidades, ambivalências e contradições. Por um lado, o Brasil passou por momentos nebulosos, sendo na verdade,

o período mais duro da ditadura militar implantada em 1964. (...) A censura estava institucionalizada, a tortura a presos políticos corria solta. A repressão e o clima de terror que o Estado ditatorial impôs em nome da “Segurança Nacional” e do “combate à subversão comunista” haviam desagregado e reduzido ao silêncio os movimentos sociais.¹⁹

Mas, por outro, à sombra desse terror, esses anos do período chamado de “Milagre Econômico”²⁰ foram também anos de dinamismo e prosperidade. Daí partem as expressões dos chamados “anos de ouro” e “anos de chumbo” onde o auge do crescimento e o auge da repressão aconteceram ao mesmo tempo²¹.

Nesse período, o Brasil já era presidido pelo general Garrastazu Médici. Após o afastamento de Costa e Silva entre julho e agosto de 1969 em decorrência de uma doença, o país passou a ser governado por uma Junta Militar – o que acabou evidenciando ainda mais o caráter ditatorial do regime. A referida junta baixou uma série de novos Atos Institucionais, que decretaram o banimento político²², a prisão perpétua e até a pena de morte. Para eleger o novo general-presidente, o Congresso foi reaberto dez meses depois. Na verdade, o objetivo

¹⁹ HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992, p. 7.

²⁰ Essa expressão foi muito utilizada no início da década de 1970 pela imprensa nacional e internacional para referir-se ao rápido crescimento da economia brasileira naquele período. Dessa forma, falava-se em “modelo brasileiro”, “modelo da América Latina”, etc. (HABERT 1972, p. 12).

²¹ Sobre essa intitulação dada aos anos 70, mais especificamente ao período que vai de 1969 a 1974, é importante observar conforme aponta Janaina Cordeiro em *Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici* (2009) que para além dos binarismos, por vezes simplificadores, a verdade é que o referido período não foi anos de ouro ou anos de chumbo. Foram muitas vezes os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foram um e outro, é preciso perceber quem viveu o período como anos de ouro e quem os viveu como anos de chumbo, configurando de um lado a outro, uma grande diversidade de comportamentos sociais.

²² A alegação para decretação de tal medida era a intensificação das ações da luta armada e das organizações de esquerda.

da reconvocação do Congresso foi só para ratificar a escolha do novo presidente, uma vez que não havia dúvidas de que o general Médici já tinha sido previamente escolhido pelo alto comando das Forças Armadas.

Médici assumiu o país em um momento onde a economia e as condições políticas possibilitavam o chamado “milagre econômico”. Esse “milagre”, apesar de ter gerado desigualdades de diversos tipos, regionais e sociais, foi capaz de favorecer, de forma substantiva, vários setores. Uma considerável parcela da classe média, por exemplo, pôde adquirir, em massa, através do acesso ao crédito farto e fácil o primeiro automóvel, a TV a cores e até mesmo a casa própria. Funcionários públicos se beneficiaram com a implantação de vários planos assistenciais. Além dessas questões, o país vivia um momento onde o PIB – (Produto Interno Bruto), crescia segundo índices extraordinários, expandia-se o mercado interno, as cidades, a construção civil, as operações na Bolsa de Valores, o sistema de telecomunicações e das fronteiras regionais que abriam novas estradas. Assistia-se ao crescimento considerável das indústrias, novas pontes e hidrelétricas eram construídas. Enfim, o governo, ao fim de cada balanço econômico tinha muito que comemorar, devido às altas taxas de desenvolvimento obtidas. A partir desta perspectiva, aqueles eram verdadeiros “anos de ouro”.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o país acumulava recordes estatísticos, outros números mostravam outra face do “milagre”: uma grande parte da população brasileira – a imensa massa de trabalhadores do campo e da cidade assalariados – recebiam menos de um salário mínimo²³. Além disso, o país ocupava as primeiras posições do mundo nas pesquisas que apontavam números referentes a acidentes do trabalho, mortalidade infantil e subnutrição.

Neste contexto, é importante pensar nas contradições existentes nesse período de “milagre”. Ao discorrer sobre essa questão, Nadine Habert (1992) coloca, dentre outros aspectos, que diante da realidade da grande massa de trabalhadores que recebiam baixos salários, tinham excessivas e exaustivas jornadas de trabalho etc., o milagre, foi na verdade, conseguir sobreviver²⁴. Neste sentido, outro ponto destacado pela autora é que esse período de crescimento da economia brasileira (1969 à 1973)²⁵, na realidade nada tinha de milagroso.

²³ HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992, p. 12.

²⁴ *Ibidem*, p. 17.

²⁵ Outros autores vislumbram um recorte cronológico desse período um pouco distinto afirmando que a chamada fase do “milagre econômico brasileiro” teria sido iniciada no ano de 1968 se estendendo até o ano de 1973. Este é o caso de Carlos Fico em: *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 29, quando o autor cita rapidamente tal fase com o intuito de explicar uma corrente historiográfica sobre o período.

O período Médici representou a consolidação da expansão capitalista nos moldes que já vinham se delineando, contando com as bases econômicas e políticas anteriormente implantadas e com a recuperação da economia mundial a partir de 1967-68. O que se convencionou chamar de “milagre” tinha a sustentá-lo três pilares básicos: o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, as mais duras condições de trabalho e à repressão política; a ação do Estado garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e empréstimos.²⁶

Não obstante, não se pode esquecer que, no mesmo momento em que o regime militar buscava se sustentar por meio de uma imagem otimista onde o país era vislumbrado como o “Brasil Grande” que vivia um período de “milagre”, de prosperidade, de obras grandiosas, de tranquilidade, desencadeava-se um processo de aumento substantivo da repressão contra os que se opunham ao regime, o que fez com que os mesmo anos do “milagre econômico” correspondessem ao período mais autoritário e mais fechado do regime militar, fazendo com que esse período fosse também chamado de “anos de chumbo”.

1.2 – A repressão violenta da ditadura militar: a tortura e a censura

Como foi possível perceber, o regime militar brasileiro foi um regime violento desde o golpe de 1964, ocorrendo a partir do ano de 1968 uma intensificação da repressão política que se estruturou no país a partir do Ato Institucional nº 5 – (AI-5).

Carlos Fico ao analisar esse aparato repressivo que foi erigido no Brasil, coloca que:

só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro”.²⁷

Neste contexto, cabe destacar a expressão “utopia autoritária”, que representa uma hipótese de análise da repressão política do período.

²⁶ HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992, p. 13.

²⁷ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 36.

Segundo Carlos Fico, essa perspectiva abarca as motivações da repressão. Assim, de acordo com essa utopia havia a crença de que eliminando alguns obstáculos seria possível transformar o Brasil em uma potência mundial. A “utopia autoritária” para o autor seria talvez uma espécie de forma menos elaborada e intelectualmente diluída da chamada “doutrina de segurança nacional”.

Esta utopia teve formas distintas de adesão por parte dos diversos militares, visto que, os mesmos eram diferenciados entre si. Fico identifica pelo menos dois tipos de adesão: o primeiro tipo de caráter saneador e o segundo pedagógico.

Assim, enquanto a polícia política, a espionagem, a censura da imprensa e o julgamento sumário de supostos corruptos estavam fortemente imbuídos da dimensão saneadora da “utopia autoritária”, a Aerp e a DCDP²⁸ primavam pela tópica pedagógica. Enquanto os primeiros eliminavam, mesmo fisicamente, comunistas, “subversivos” e “corruptos”, as duas últimas buscavam “educar o povo brasileiro” ou defendê-lo dos ataques à “moral e aos bons costumes”.²⁹

É importante colocar, que a dimensão saneadora (adotada pelo grupo militar intitulado de *linha dura*) vislumbrava ações drásticas de repressão o que inclui perseguições, prisões, torturas, interrogatórios violentos, exílios e até mesmo mortes dos opositores do regime. A utilização desses “instrumentos” por parte desse grupo de militares era feita de forma oculta e a prática destas ações, por um bom tempo, foi negada pelos mesmos e na pior das hipóteses justificada como excepcional. Já o segundo tipo – o pedagógico – era, ao contrário da dimensão saneadora, assumido pelo regime, “legalizado” e exercido por meio da censura moral e dos bons costumes e da propaganda política, por exemplo.

Essas manifestações da “utopia autoritária” inserem-se na gama de complexidades presentes no regime autoritário, nos conduzindo à percepção de que compreender e distinguir os diferentes elementos que compõem a repressão política é um dos aspectos centrais para o consequente entendimento da história do Brasil durante o regime militar.

Direcionando neste ponto o foco para as ações desencadeadas nesse período de maior intensidade da repressão, é possível mencionar que, a partir de 1969, acentuaram-se as ações da guerrilha urbana no país. Vários foram os casos de ataques a quartéis, cercos e fugas, expropriações de armas e fundos, sequestros de embaixadores etc.

²⁸ Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas) / DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas).

²⁹ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 39.

Entre os anos de 1972 e 1975 ganhou destaque um foco guerrilheiro na região do Araguaia. A “Guerrilha do Araguaia” como ficou conhecida, reuniu inúmeros guerrilheiros e acabou representando a “tentativa mais consistente da esquerda revolucionária”³⁰.

Porém, para conter a ameaça dos tidos “inimigos do regime” foi montada naquele contexto uma complexa e ampla máquina de repressão política. Neste sentido, alegando a necessidade de combater/eliminar as organizações que promoviam a “luta armada” e praticavam ações de guerrilha urbana, os militares justificavam a ação desta máquina repressiva, que, operando, “via de regra, segundo modelos estabelecidos pelos altos comandantes militares”, disseminava terror pela sociedade.

Intitulado de “comunidade de informações” o sistema repressivo era encabeçado e centralizado pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), mas, tal sistema no geral, era composto por diversos órgãos que eram integrados em grande parte, ou até mesmo completamente, por membros das Forças Armadas que passaram a executar a função da polícia política. Dentre esses organismos militares é possível mencionar: o CISA (Centro de Informação Social da Aeronáutica), CIE (Centro de Informações do Exército), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) etc.

No ano de 1969, em São Paulo, sob a coordenação do II Exército, surgiu a OBAN (Operação Bandeirante), que tinha o objetivo de centralizar o combate as esquerdas. A OBAN reuniu naquele contexto, as Forças Armadas, a Polícia Federal e a Polícia Estadual. Esta operação acabou se transformando em um dos mais reconhecidos centros de tortura do Brasil e inspirou o órgão que posteriormente a suplantou, o DOI-CODI (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna). Este órgão foi instalado primeiramente em São Paulo e depois em inúmeras regiões do país. Conforme destaca Nadine Habert,

ser preso por qualquer um desses órgãos significava invariavelmente, a tortura e, para muitos a morte. Os assassinatos eram encobertos com versões falsas de “atropelamentos” ou “morte em tiroteio” que eram divulgadas pelos meios de comunicação. Ou simplesmente as autoridades negavam ter feito as prisões. Ainda hoje, pais e parentes procuram seus familiares “desaparecidos”, mortos e enterrados em locais ignorados.³¹

³⁰ AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 52.

³¹ HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992, p. 28

O foco guerrilheiro do Araguaia, já mencionado, exemplifica bem essa questão. Tal foco foi identificado pelo regime, perseguido e totalmente destruído deixando um triste saldo de pessoas que foram barbaramente torturadas, mortas ou “desaparecidas”.

A tortura, tema central deste trabalho, foi uma ação muito marcante que compunha esse sistema repressivo. Tal prática foi aplicada de forma sistemática dentro e fora do Exército por vários órgãos que atuavam na repressão³². Para além da organização burocrática que cercava tais órgãos, cada um com sua função específica, cabe destacar que nestes, a tortura se tornou uma prática cotidiana; comum, no tratamento que era dado aos prisioneiros.

Naquele contexto, com o intuito de intimidar e obter, neste último caso mais exatamente, de extorquir informações – delações – como, por exemplo, o nome dos líderes e companheiros das organizações opositoras ao regime, onde eram localizados os pontos de encontro dos militantes etc., militares e policiais praticaram formas extremadas de violência, tanto físicas quanto psicológicas contra os presos.

O sistema repressivo brasileiro com toda a sua montagem burocrática, conforme já citado, atingiu um reconhecimento internacional chegando a servir de “modelo” a outros países que adotaram regimes autoritários na América Latina nas mesmas décadas. Pode-se dizer que foi, grande parte, em função da utilização da tortura, ou seja, dos chamados métodos de “combate à subversão e ao terrorismo”, que o referido sistema repressivo atingiu tal reconhecimento.

Assim, é possível vislumbrar a tortura como um método de intimidação que foi amplamente utilizado, tornando-se, inclusive, o núcleo do sistema repressivo, uma verdadeira “política de Estado”³³ no período da ditadura militar no Brasil. Uma tortura política, que atuou como eixo fundamental no processo de manutenção da ordem por parte de um regime político que havia rompido com vários setores da sociedade o estabelecimento de direitos e deveres básicos.

No processo de torturas eram empregados instrumentos mecânicos, cortantes, que provocavam queimaduras, choques elétricos. O grau de especificidade dos instrumentos utilizados era tão grande, que a tortura chegou a adquirir um caráter “científico”. Os presos eram barbaramente espancados, abusados sexualmente, dopados com substâncias químicas,

³² Essa questão é relevante, uma vez que, apesar da tortura ter acontecido de forma intensa nos DOI's (Destacamento de Operações de Informações), ela também foi amplamente aplicada em outros órgãos como no DOPS (Departamento de Ordem Pública e Social), CISA (Centro de Informação Social da Aeronáutica), CIE (Centro de Informações do Exército), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) etc.

³³ AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 66.

destruídos psicologicamente (por meio de ameaças contra a família, por exemplo), deixados em estado de extremo isolamento.

Neste sentido, inúmeros eram os métodos de suplício que eram aplicados sozinhos ou combinados contra os presos. Alguns deles ficaram consagrados, sendo considerados verdadeiros métodos de tortura por excelência como, por exemplo, o “telefone”, “a cadeira do dragão”, o “Cristo Redentor”, o “pau-de-arara”. Este último acabou se tornando, inclusive, símbolo do movimento *Tortura Nunca Mais*.

Naqueles anos tornaram-se comuns a existência de casas, centros, onde pessoas eram torturadas e mortas. Um exemplo é a chamada “Casa da Morte em Petrópolis”. Nesta casa, funcionou um centro clandestino de tortura e extermínio do Centro de Informações do Exército (CIE), onde desapareceram pelo menos nove militantes³⁴. Ali ficou presa a ex-guerrilheira Inês Etienne Romeu, detida em 5 de maio de 1971, em São Paulo, por agentes comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Este caso é particularmente interessante para este trabalho, porque Romeu, após seu período de prisão, fez um impressionante relato da sua experiência, relato este que foi divulgado em um jornal da imprensa alternativa da época – *O Pasquim*, levando assim, ao conhecimento de muitos as obscuridades acontecidas nos “porões da ditadura”³⁵. O jornal iniciou da seguinte forma a reportagem intitulada “Relatório Inês: Dossiê da Tortura”:

Pela primeira vez nestes 17 anos, uma ex-presa política consegue descobrir um dos mantos que cobrem os porões da repressão, revelando até a existência de uma casa de torturas, e devolvendo às manchetes um tema que parecia ter sido esquecido com aberturas e anistias. Durante os oito anos de sua prisão, guardou consigo todos os nomes, dados e situações dos 96 dias em que foi seqüestrada e seviciada, sabendo que um dia poderia contar a história.³⁶

Contudo, é importante também atentar para a questão de que as arbitrariedades, as violências e a repressão de uma forma geral, cometidas pelo Estado ditatorial não se

³⁴ “Inês Etienne Romeu. A única presa política que ficou de fora na anistia”. *Pasquim*, 607, 12 a 18/01/81, p. 4-7, 26; ROMEU, Lúcia. “A casa das torturas de Petrópolis”. In: MOLICA, Fernando (org.). 10 Reportagens que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro, Record, 2005, p. 249-69. *apud*. TELES. *Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979*. Idéias |Campinas (SP)|n. 1|nova série|1º semestre (2010).

³⁵ Essa expressão é utilizada entre aspas, pois, é preciso atentar-se para o fato de que os setores repressivos muitas vezes homogeneizados por meio da mesma eram distintos. Carlos Fico chama a atenção para esse aspecto em seu texto intitulado “*Prezada Censura*”: *Cartas ao regime militar* (2002) ao ressaltar a existência de grandes diferenças, por exemplo, “entre os órgãos de informações e os de segurança, bem como grandes conflitos entre o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Centro de Informações do Exército (CIE), ou entre a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), responsável pela propaganda política, e toda a “linha dura””. (FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: *Cartas ao regime militar*. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 252).

³⁶ *Pasquim*, 12 a 18 de janeiro de 1981, n.º 607, p. 1.

restringiram ao combate aos grupos da esquerda organizada. Intelectuais, operários e estudantes, viviam sob um intenso clima de intranqüilidade, insegurança e medo. Neste contexto, insere-se um relevante exemplo: a existência dos Esquadrões da Morte.

Esses grupos parapoliciais que prendiam e matavam cruelmente indivíduos suspeitos de cometerem crimes comuns, mesmo que estes ainda não tivessem sido julgados ou condenados, não eram reconhecidos oficialmente pelo regime. Porém, atuavam com o consentimento das autoridades e seus crimes ficavam impunes. O delegado Sérgio Paranhos Fleury, anteriormente citado no caso de Inês Etienne Romeu, fazia parte do esquema de repressão política, e era conhecido como um dos chefes do Esquadrão da Morte, sendo inclusive, tema de reportagens de jornais da imprensa alternativa da época que destacavam, dentre outros aspectos, as arbitrariedades por ele comandadas³⁷.

Paralela à tortura, outra medida adotada pelo governo ditatorial brasileiro nos anos de repressão é de fundamental importância para o presente trabalho: a censura à imprensa.

Há uma discussão em torno da sistematicidade da censura e da intensidade da mesma nos quatro primeiros anos do regime militar brasileiro, mas defender a tese de que não houve censura de imprensa nesse período é praticamente uma ingenuidade.

Contudo, conforme afirma Carlos Fico, não há dúvidas de que a partir da decretação do AI-5, no fim de 1968

houve uma intensificação da censura da imprensa, pois o *decretum terribile* permitia praticamente tudo. Desde então, a censura da imprensa sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer a instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder.³⁸

Neste contexto, cabe mencionar o período do governo Geisel (1974-1979), onde a censura se tornou mais frequente nos periódicos de maior destaque do país. Assim, é possível enfatizar que a censura da imprensa foi um método, um “instrumento repressivo” que fazia parte de um

³⁷ O jornal *Movimento*, por exemplo, nos anos de 1978 e 1979 divulgou algumas reportagens que tinham como tema o delegado Fleury. A edição 139 de 27 de fevereiro de 1978 traz como reportagem de capa a matéria intitulada “A sentença contra Fleury”. A referida matéria ressalta a acusação solene feita contra o delegado pela justiça, pelo fato do mesmo ter fuzilado com crueldade três jovens marginais. Outros exemplos de reportagens sobre as arbitrariedades cometidas pelo delegado que foram publicadas no mesmo semanário tiveram o título “Fleury não se lembra mais?”, *Movimento*, 07/08/1978, nº 162, p. 2 e “Um dia de cão nas mãos do Dr. Fleury” *Movimento*, 30/10/1978, nº 174, p. 26.

³⁸ FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: *Cartas ao regime militar. Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 253.

projeto mais amplo implementado pelo regime autoritário, projeto este que tinha em sua composição “outros pilares básicos da repressão”³⁹.

Da mesma forma que o órgão repressivo DOI-CODI, a censura da imprensa foi implantada por meio de diretrizes sigilosas, sendo estas escritas ou não. Até o governo Médici, o regime militar vinha praticando atos censórios contra a imprensa, porém, não admitia tal atitude. Foi somente em 1973, através de uma manobra realizada pelo jornal da imprensa alternativa – *Opinião*, que a prova da existência da censura à imprensa veio à tona, fazendo com que o presidente Médici assumisse oficialmente tal prática. Esse episódio ocorreu quando o jornal teve uma de suas edições apreendidas. Naquele contexto, *Opinião* havia mandado um material para censura, que não foi, entretanto, devolvido no prazo combinado.

Posteriormente, com a autorização dos censores, foi publicado o número seguinte de *Opinião*, somente com o material autorizado. Esta foi a estratégia usada pelo jornal para provar a existência da censura da imprensa: uma edição sem censura e outra censurada.⁴⁰

Este material serviu então, para que o jornal entrasse com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) contra o governo. Chamado a responder a interpelação feita por *Opinião*, o governo argumentou que medidas pautadas no AI-5, não estavam ao alcance do STF. Assim, o mesmo acabou reconhecendo a existência da censura, e, além disso, o fato de que esta baseava-se no AI-5.

Com relação às modalidades de censura à imprensa, é possível mencionar a momentosa forma que ficou conhecida como “censura prévia” e uma modalidade que era amplamente utilizada e conhecida pelo governo como “proibições determinadas” que eram repassadas aos jornais na forma escrita através dos “bilhetinhos” ou por meio do telefone.

A grande imprensa e a imprensa alternativa passaram por um intenso processo de censura⁴¹. No caso dessa última, os periódicos passavam na verdade, por um verdadeiro regime especial de censura prévia, até mesmo porque, a imprensa alternativa significou uma frente de resistência ao governo ditatorial. Jornais como, por exemplo, *Opinião* e *O Pasquim*

³⁹ Essa perspectiva já foi mencionada rapidamente neste trabalho, mas cabe aqui especificá-la. Carlos Fico ao analisar a repressão não pensa só na tortura como elemento de repressão, mas sim, em pilares básicos da repressão: espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos. (FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 36).

⁴⁰ FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: *Cartas ao regime militar*. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 256.

⁴¹ É preciso ressaltar, contudo, que tal intensidade variou de acordo com cada empresa. Enquanto algumas foram rigidamente censuradas, outras como, por exemplo, “O Globo” e “A Folha” praticamente não conheceram a censura prévia, limitando-se a obedecer os chamados “bilhetinhos”.

“bateram de frente” com a censura e em decorrência disso, tiveram várias edições confiscadas e várias prisões de seus jornalistas, colaboradores e editores. Em alguns jornais, os censores atuaram dentro das redações controlando, vigiando, censurando, proibindo, enfim, apreendendo edições que tratassem de assuntos “indesejados” e “incômodos”. Ao discorrer acerca desta questão Beatriz Kushnir coloca que:

na grande imprensa o censor, esteve no *Estado de São Paulo*, do AI-5 a janeiro de 1975 e na *Tribuna da Imprensa* em um período não contínuo de 1968 a 1978. Na revista *Veja*, logo no nº 5, de 18/12/1968, e em outras edições pontuais, como na de 10/12/1969, cuja capa ostentava uma imagem medieval das câmeras de tortura e em um dossiê de oito páginas sobre o tema (...). Tal esquema ocorreu também em outros órgãos de imprensa, inclusive nos de caráter alternativo. Frequentou o *Pasquim* de novembro de 1970 a março de 1975, *O São Paulo* de julho de 1973 a junho de 1978, o *Opinião* de janeiro de 1973 a abril de 1977 e o *Movimento* de abril de 1975 a junho de 1978.⁴²

Pensando de forma particular no jornal *Movimento*, o mesmo foi censurado desde a sua primeira edição datada em julho de 1975. Vivendo três anos sob uma rigorosa censura, somente na edição de nº 154⁴³ o jornal viria a comemorar a suspensão da censura prévia à suas edições a partir do dia 08 de junho de 1978. Uma reportagem especial de oito páginas destacava em letras garrafais: *Três anos de Resistência. A suspensão da censura prévia: uma vitória e um longo caminho pela frente até a liberdade*. Assim, na edição de nº 155⁴⁴ o semanário divulgava sua primeira edição “totalmente planejada e executada”⁴⁵ sem censura.

Naquele contexto, a censura foi suspensa também em outros jornais. Essa medida já se insere nos planos do governo do general Geisel que, a partir de 1974, deu início no âmbito político-institucional a um projeto de “distensão”, de uma “abertura política” que tinha as seguintes características: ser *lenta, segura e gradual*.

1.3 – O processo de transição política no Brasil

O governo do general Geisel logo de início se confrontou com uma conjuntura externa distinta e desfavorável. O país vivenciava o fim do “milagre” e a crise econômica

⁴² KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 43.

⁴³ *Movimento*, n. 154, 12/06/1978, p.1.

⁴⁴ *Movimento*, n.155, 19/06/1978, p.1.

⁴⁵ *Ibidem*.

intensificava as contradições políticas e sociais ocasionadas pela ditadura e também pelo sistema capitalista. Dessa forma, era preciso a adoção de medidas políticas que proporcionassem, de modo geral, a continuidade do regime frente ao momento de crise, regime este que se encontrava desgastado, uma vez que se mantinha, grosso modo, à base da repressão e da censura. Foi neste contexto, que se iniciou o projeto de “distensão” que combinava “a manutenção dos principais mecanismos de repressão e controle com a progressiva institucionalização do regime”. (HABERT, 1992, p. 43).

Até que ações mais evidentes de uma transição do regime ditatorial fossem de fato apresentadas, o projeto de abertura de Geisel teve que se haver com algumas vozes dissonantes e as arbitrariedades e violações dos direitos humanos, características da ditadura, continuaram acontecendo incluindo torturas, massacres, censuras, desaparecimentos etc. A situação começou a adquirir outros contornos quando houve, por exemplo, o abrandamento da censura à imprensa, o início das demissões dos generais e ministros do Exército, a atenuação da repressão política, a revogação do AI-5⁴⁶. Contudo, apesar de tais medidas positivas, é importante lembrar que a mesma reforma constitucional que passou a vigorar a partir de 1979 e que anulou o AI-5, dava ao poder Executivo a possibilidade de impor medidas de exceção por meio das “salvaguardas constitucionais” quando os poderes constituídos se sentissem ameaçados. Neste sentido, é possível observar um processo de transição que não se desvencilhou totalmente dos parâmetros políticos do regime precedente⁴⁷.

De modo geral, entre os anos de 1974 a 1982, período este que inclui também o mandato do sucessor de Geisel – o general João Figueiredo, a dinâmica política da transição ficou sob o total controle dos militares, o que fez com que o processo parecesse mais uma tentativa de reforma do regime do que o início efetivo de uma transição para um regime democrático. Dessa forma, é possível observar que o processo de distensão iniciado por Geisel foi marcado por fluxos e refluxos.

A Lei da Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979, está inserida no contexto de “abertura política”. Segundo Renato Lemos (2002), tal lei “resultou de uma grande transação entre setores moderados do regime militar e da oposição, por iniciativa e sob o controle dos primeiros” (LEMOS, 2002, p. 293). Ao contrário do que a oposição à esquerda exigia – uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, o que aconteceu foi a promulgação de uma lei que tinha

⁴⁶É importante colocar ainda: a abolição de penas de morte, prisão perpétua e banimento, o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos etc.

⁴⁷ Para uma abordagem mais aprofundada sobre essa questão ver: TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. *A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira*. AEDOS, nº 13, vol.5 – Ago/Dez 2013.

caráter de reciprocidade, uma vez que esta anistiava ao mesmo tempo os torturadores e seus crimes e os opositores ao regime e suas ações. Com isso, consolidou-se uma situação de conciliação forçada, pois anunciava-se a seguinte questão: o processo de abertura não representava um questionamento do passado, além do fato de que os militares que cometeram os chocantes excessos, não seriam investigados, tampouco julgados. Já para os familiares das pessoas mortas e desaparecidas no decorrer da ditadura, a lei da Anistia representava a perda definitiva da possibilidade de punição dos responsáveis, que de forma brutal, deram fim à vida de seus entes queridos.

Neste contexto, é possível pensar, a partir dessa lei, que o objetivo era uma espécie de imposição do esquecimento dos terrores praticados pela ditadura. Porém, é interessante observar, conforme aponta Jeanne Marie Gagnebin, que

a imposição do esquecimento como gesto forçado de apagar e de ignorar, de fazer *como se não houvesse havido* tal crime, tal dor, tal trauma, tal ferida no passado, esse gesto vai justamente na direção oposta [de algumas funções] positivas do esquecer para a vida. Impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar, uma “memória impedida” [*une mémoire empêchée*], diz Ricoeur, uma memória que vai lutar, brigar para poder voltar.⁴⁸

E foi justamente o que aconteceu no processo de transição brasileiro, quando vários relatos de ex-militantes vieram à tona denunciando inúmeras violações dos direitos humanos. Neste sentido, é possível vislumbrar que o processo de transição implica, não só mudanças relacionadas ao estabelecimento efetivo de práticas democráticas, mas também uma “reflexão pública do passado recente e dos traumas individuais e coletivos decorrentes das experiências autoritárias” (VASCONCELOS, 2013, p. 136).

⁴⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O preço da uma reconciliação extorquida”. In: TELES, Edson; SAFATLE Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura. A exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 179.

Capítulo 2: A imprensa alternativa no Brasil nos anos de 1970

No contexto da história da imprensa, as publicações de caráter alternativo podem ser consideradas um “fenômeno mundial”, uma vez que, as mesmas estiveram presentes em vários momentos da história social e política do Brasil e também de inúmeros outros países⁴⁹. Porém, foi no período da ditadura militar brasileira, onde imperava a exceção e havia um rígido controle sobre grande parte dos meios de comunicação, que os periódicos alternativos se multiplicaram e atuaram com maior intensidade.

Dessa forma, a partir da relevância que a imprensa alternativa adquiriu no contexto da ditadura militar brasileira, é praticamente impossível fazer referência à história recente da esquerda e às políticas de resistência ao regime sem pelo menos mencionar o papel desempenhado por essa linha da imprensa e, mais especificamente, por algum de seus jornais.

Foi entre os anos de 1964 e 1980 que surgiram e tiveram suas atividades encerradas cerca de 150 periódicos⁵⁰ que tinham como característica comum a oposição ao regime. Tais periódicos ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou *imprensa nanica* em decorrência do formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos e por ser basicamente um empreendimento de pequeno porte.

Além dos aspectos supracitados, as principais características das publicações de caráter alternativo foram: não estar ligada a políticas dominantes, ser a única solução para uma situação difícil, ter uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes, opor-se por princípio ao discurso oficial – principalmente o pregado pela grande imprensa, ter como objetivo a realização das transformações sociais que as gerações dos anos de 1960 e 1970 pregavam etc. É neste sentido, que ao ressaltar os aspectos que propiciaram o surgimento da imprensa alternativa, Bernardo Kucinski (1991, p.6)⁵¹, identifica a articulação de duas forças, igualmente compulsivas: “o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade”.

⁴⁹ CAPARELLI, Sérgio. Imprensa Alternativa. In: *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Summus, 1986, p. 48-49. Sobre os jornais alternativos no Brasil em outros períodos ver também: AGUIAR, Flávio. “Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo”. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 233-247.

⁵⁰ É importante lembrar que, conforme aponta Bernardo Kucinski, no conjunto desses 150 jornais, “um em cada dois não chegava a completar um ano de existência. Vários ficaram apenas nos primeiros dois ou três números. E foram muitos os que, como *Amanhã*, *Pif-Paf e Informação*, exerceram influência decisiva nos campos da política do jornalismo em apenas meia dúzia de edições. Apenas cerca de 25 jornais, nascidos de articulações mais densas, tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos”. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 12.

⁵¹ *Ibidem*, p.6.

Maria Aparecida Aquino (1999)⁵², ao definir a imprensa alternativa destaca a questão do posicionamento, da não neutralidade, uma imprensa que, neste sentido, assumia-se a serviço da defesa de interesses de grupos, como, por exemplo, associações, sindicatos, entidades religiosas, partidos, minorias raciais e sexuais etc. Além disso, a autora aponta também a característica da realização por parte desse tipo de imprensa, de um jornalismo engajado, orientado a não separar a informação da opinião.

De acordo com o já mencionado Bernardo Kucinski, os jornais alternativos podem ser divididos em duas grandes classes: os predominantemente políticos e os de raízes existencialistas. Os primeiros pautavam-se nos ideais do *popular* e do *nacional* dos anos de 1950 e também no marxismo vulgarizado pelos meios estudantis nos anos de 1960. Foi essa linha alternativa, que expôs em suas páginas os inúmeros movimentos populares de protesto, que identificou novos sujeitos que emergiam no contexto social, que discutiu temas caros às esquerdas etc. Já a segunda classe de jornais alternativos direcionava seu discurso mais à crítica dos costumes e à ruptura cultural, além de inserirem no Brasil temáticas da contracultura. Contudo, é importante destacar que essa última classe de jornais alternativos também atuava no plano da contingência política opondo-se ao regime militar.

A imprensa alternativa foi inaugurada com a revista *PIF-PAF* que é considerada a primeira publicação de oposição à ditadura. Millôr Fernandes, que era jornalista, chargista e humorista, havia perdido naquele contexto, seu espaço na grande imprensa onde produzia para a revista *O CRUZEIRO* em uma seção intitulada *PIF-PAF*. Diante das circunstâncias, o mesmo decidiu lançar *PIF-PAF* na forma de uma revista autônoma, contando basicamente com o apoio de alguns amigos da área, dentre os quais é possível mencionar: Jaguar, Ziraldo, Sérgio Porto, Claudius e Fortuna.

Muitos dos jornais alternativos também chamados de jornais de resistência tinham uma característica peculiar: o humor devastador e o deboche permanente. Dessa forma, lançava-se mão do humor para tocar na ferida, divulgar questões encobertas, enfim, para atacar e ao mesmo tempo driblar o poder. Essas questões podem ser observadas nas edições de *PIF-PAF*, onde criativas charges foram publicadas.

No momento de seu surgimento, a revista não contava com nenhum esquema profissional de produção, e nem tinha uma estrutura administrativa apropriada. Na verdade, *PIF-PAF* nasceu de maneira voluntária e amadora. Millôr desenhava a revista em seu estúdio

⁵² AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999, p. 122.

e a financiava com um empréstimo que havia feito junto ao banqueiro José Luiz de Magalhães Lins, que viria futuramente a custear, também por meio de empréstimos, a produção de outros jornais alternativos.

Mesmo posteriormente, a imprensa alternativa, no geral, tinha basicamente como modelo ético-político um espírito “antiempresarial” e em alguns periódicos estava presente até mesmo o “desprezo” por questões de organização administrativa e comercialização, por exemplo. Neste sentido, as dificuldades anteriormente mencionadas no processo de produção de *PIF-PAF*, acabaram se tornando uma marca registrada da imprensa alternativa. Apesar de terem como traços essenciais a importante autogestão e a posse dos meios de produção, toda a imprensa alternativa dos anos de 1970 tinha algumas deficiências em seus elementos constitutivos, o que fez com que, os jornais tivessem que enfrentar alguns problemas por falta de funcionários de apoio, por falta de recursos financeiros, pela ausência de uma organização administrativa apropriada etc. Estas questões, em alguns casos, ao lado da rigorosa censura imposta aos jornais, contribuíram fortemente para o fechamento de alguns periódicos.

Contudo, é importante destacar que *PIF-PAF* contava com um refinado acabamento gráfico e uma altíssima qualidade editorial chegando a atingir um índice de vendagem surpreendente para uma revista que era nova e que havia sido lançada sem campanhas publicitárias. A vida de *PIF-PAF* foi curta, com a publicação de apenas oito edições, entretanto, a revista rapidamente adquiriu a característica de uma revista política sendo recebida como uma resposta ao golpe de 1964. Além disso, *PIF-PAF* abriu caminho para um ciclo de produções que viria a se constituir em uma imprensa fortemente oposicionista, que ultrapassaria as características de um simples conjunto de jornais ou criação ideológico-cultural. Uma imprensa que apesar de sua natureza essencialmente jornalística “acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo” (KUCINSKI, 1991, p. 7).

Várias modalidades de jornais alternativos foram se instituindo aos poucos, seguindo as modificações do imaginário social no decorrer do regime e o conseqüente tipo de articulação que ia se estabelecendo entre jornalistas, ativistas políticos e intelectuais.

Os jornais alternativos que surgiram após a revista *PIF-PAF* e que constituíram a primeira fase da imprensa alternativa foram inspirados na concepção de resistência democrática, na crítica ao grotesco do golpe e no nacionalismo. Exemplo de jornal que se encaixa nesse primeiro “ciclo alternativo” é *Folha da Semana*, periódico apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi publicado em formato tablóide, com 16 páginas e que defendia fortemente a resistência democrática.

Após os anos de 1967/1968 com a intensificação das manifestações de oposição ao regime, os jornais da primeira fase desapareceram e deram lugar a publicações que nasceram pautadas em um novo imaginário proveniente da revolução cubana, movidos pelo ideal de guerrilha continental como, por exemplo, *Sol, Amanhã e Poder Jovem*. Dentre estes, cabe destacar o periódico *Amanhã*, que surgiu em março de 1967 em São Paulo, sob o imaginário de guerrilha e a partir de uma experiência no mínimo ambiciosa. Produzido por estudantes ativistas, *Amanhã* tinha uma linguagem fácil que buscava atingir um público-alvo específico: a classe operária desmobilizada pelo sistema repressivo do regime. No *Amanhã*,

constituiu-se o núcleo dirigente que, sob a liderança de Raimundo Rodrigues Pereira, viria a fundar vários dos mais importantes jornais alternativos, dos quais, por sua vez, surgiram outros jornais e grupos dissidentes.⁵³

Com relação aos importantes jornais que surgiram posteriormente na década de 1970 a partir de divergências e ramificações da equipe original do *Amanhã* é possível destacar *Opinião, Movimento, Em tempo, Assuntos, Bloco*. Neste contexto, foi ainda em *Amanhã*

que se criou o mecanismo de frente jornalística, pelo qual vários partidos de esquerda, mantendo seus jornais clandestinos ou de partido, unem-se na sustentação de um jornal, produzido sob padrões técnicos do mercado, voltado não só aos seus militantes, mas também a um público externo e distribuído nacionalmente.⁵⁴

Após essa etapa, por mais de um ano, praticamente não surgiram novos jornais alternativos, até que em 1969 entrou em cena o jornal *O Pasquim*. A partir daquele momento, os principais personagens da imprensa alternativa se uniram e deram início a fase mais produtiva da referida imprensa: a década de 1970.

Dentre as várias publicações de caráter alternativo que surgiram naquele contexto, é possível ressaltar: *Bondinho* (1970), *Grilo* (1971), *Politika* (1971), *Opinião* (1972), *Balão* (1972), *Ex* (1973), *Versus* (1975), *Movimento* (1975), *De Fato* (1976), *Em Tempo* (1977) etc.

Estes periódicos, cada um com sua característica específica, (que podia ser o ativismo político; uso acentuado do humor pesado e do experimentalismo em linguagem; defesa dos direitos da mulher, liberdades democráticas e da luta pela Anistia; debate refinado sobre formas possíveis de enfrentamento do autoritarismo; da discussão e crítica intensas aos

⁵³ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 33.

⁵⁴ *Ibidem*.

costumes, hábitos e valores), contribuíram para o crescimento de uma imprensa que deixou sua posição inicial de “pequena escala”, para tornar-se uma leitura obrigatória para os que buscavam informações, opiniões e análises sobre o momento que o país vivenciava.

Assim, a relevância da década de 1970 para a imprensa alternativa se dá em função da multiplicação e superposição dos jornais alternativos e pelo fato de que os periódicos de maior expressão e circulação nacional surgiram e estiveram em plena atividade naqueles anos. Essas questões propiciaram então, o auge da imprensa alternativa entre os anos de 1975-1977.

Naquele contexto, o “fenômeno alternativo” retomava as características da imprensa panfletária dos pasquins do período regencial e da imprensa anarquista⁵⁵ com relação à função social de formação de um espaço público contra-hegemônico e reflexivo, ou seja, “os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo” (KUCINSKI, 1991, p. 10), onde um grupo de profissionais que possuíam uma propensão ao ativismo, uma disposição contestatória e uma intransigência intelectual, podiam criar com maior autonomia um trabalho crítico e original.

Entretanto, esses posicionamentos e questões incomodaram, é claro, o regime militar, fazendo com que o mesmo, por meio de seu sistema repressivo, distinguisse os jornais alternativos dos demais e implementasse contra eles uma série de perseguições, submetendo-os a um verdadeiro regime especial de censura prévia.

Editores de diversos jornais foram presos em várias ocasiões. Inúmeras eram as edições confiscadas, até mesmo após terem sido filtradas pelo sistema de censura prévia. Mas, o espírito ousado de analisar criticamente a realidade e contestar o projeto autoritário, fez com que os produtores dos jornais alternativos não se conformassem com a situação e continuassem lutando e resistindo. Bernardo Kucinski enfatiza essa questão ao citar o processo de censura enfrentado por alguns jornais alternativos e o consequente posicionamento adotado por seus membros.

Com a centralização da censura prévia dos jornais alternativos em Brasília, a partir de 1973, os jornais eram obrigados a mandar seus originais com dias de antecedência, e recebiam de volta apenas sobras para serem remontadas. Foram duramente atingidos por esse sistema de censura prévia: *Opinião*, *Politika*, *Movimento*, *Pasquim*, *O São Paulo* – o jornal da Cúria metropolitana de São Paulo. Dessa fase até o colapso do milagre econômico e o surgimento da política de distensão

⁵⁵ Cabe destacar que a imprensa panfletária e irreverente dos pasquins, atingiu o seu apogeu em 1830. Já os jornais anarquistas de operários atingiram seu ponto de maior relevância entre os anos de 1880 e 1920. (KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 10).

no interior do aparelho militar, em 1975, os jornais alternativos se constituíram não em meros símbolos de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência.⁵⁶

2.1 – Dois grandes alternativos: *O Pasquim* e *Opinião*

O Pasquim, jornal que tinha como sede a cidade do Rio de Janeiro, surgiu no ano de 1969 e circulou até 1991 sendo considerado o jornal alternativo mais duradouro. *O Pasquim* era visto pela hierarquia militar como um instrumento de confronto e, por isso, foi um dos periódicos que enfrentou um rigoroso regime censório, tendo, por exemplo, alguns de seus editores presos e mantidos encarcerados por dois meses. Além disso, o jornal conviveu com outros atos repressivos como a invasão da redação por policiais do DOI-COI e a presença de bombas jogadas na redação.

Esse periódico característico da linha alternativa de caráter existencialista atuou na propagação de uma contracultura, alternativa à cultura oficial de esquerda e também à cultura da ordem estabelecida. Neste contexto, a grande imprensa, a classe média moralista e a ditadura militar à qual o jornal se opunha de forma intensa, eram os principais alvos do mesmo.

Através de uma liberdade editorial, *O Pasquim* provocou desde a publicação do seu primeiro número, uma revolução na linguagem do jornalismo brasileiro introduzindo uma oralidade que ultrapassava a mera transferência da linguagem coloquial para a escrita do jornal. Aos poucos, o semanário instituiu também, por meio de suas reportagens irreverentes uma revolução no comportamento brasileiro chegando a ser considerado mais especificamente pelo aparelho repressivo um “instrumento de grupos subversivos com o objetivo de destruir a família brasileira” (KUCINSKI, 1991, p. 110).

O Pasquim é um grande exemplo de jornal alternativo que utilizou o humor como arma para enfrentar a ditadura. Assim, as charges produzidas pelos humoristas do jornal não traziam apenas uma mensagem de diversão, mas representavam sobretudo uma posição de denúncia contra a repressão e transgressão aos direitos humanos, por exemplo.

Diferente de *O Pasquim*, mas tão relevante quanto, outro jornal alternativo da década de 1970 foi *Opinião*, lançado em 1972, no auge da repressão, a partir de um projeto editorial crítico e oposicionista do empresário Fernando Gasparian e do editor Raimundo Pereira.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 33.

Em recente entrevista para a série intitulada “Resistir é Preciso”⁵⁷, Raimundo Pereira ao falar do surgimento de *Opinião* e dos objetivos de Gasparian ressalta:

O Gasparian queria um jornal contra a ditadura. Então, ele juntou uma quantidade de recursos muito grande, principalmente humanos. Juntou grandes intelectuais [*dentre eles*] Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Cândido.⁵⁸

Assim, o surgimento deste semanário pode ser considerado um marco na trajetória dos movimentos de oposição ao autoritarismo na imprensa e na universidade. *Opinião*, desde seu nascimento, foi um jornal político e, ao mesmo tempo, um espaço de propagação para diversas interpretações sobre o país produzidas pelas ciências sociais. Dessa forma, este periódico, ao lado daquele que viria a ser seu sucessor – *Movimento* –, se destacou como um alternativo de grande influência em decorrência da sua “constituição como frente política”⁵⁹.

Iniciando sua vida sem censura prévia, *Opinião* apresentava reportagens instigantes e muito refinadas tecnicamente. Essa estética gráfica, refinada e crítica, refletia-se na alta qualidade dos textos divulgados que demonstravam muitas vezes as interseções entre a vida política na década de 1970 e as ciências sociais. Naquele periódico, o espaço para a discussão sobre as possíveis formas para uma oposição em condições de autoritarismo extremo foi renovado.

Contudo, a censura não demorou muito tempo para ser implementada em *Opinião*, vindo a atingir o jornal após a publicação de seus primeiros números. A censura contra *Opinião* não tinha o objetivo de impedir a publicação de matérias que o sistema repressivo considerava inadequadas: na verdade, o intuito era destruir o projeto que movia o jornal⁶⁰. Os jornalistas e seus idealizadores a enfrentaram firmemente, fazendo inclusive com que o governo assumisse oficialmente a existência da censura à imprensa, conforme já mencionado anteriormente neste trabalho. Mas, apesar desse posicionamento de resistência, a intensificação da censura prévia com cortes de inúmeras laudas do jornal e com a proibição da publicação de várias caricaturas, fez com que o interesse por *Opinião* e, conseqüentemente a

⁵⁷ “Resistir é Preciso” é uma série que foi produzida pela *TV Brasil* com apoio do *Instituto Vladimir Herzog* no contexto dos 50 anos do golpe civil-militar brasileiro. Por meio de depoimentos e do regaste de uma trajetória, a série trata da imprensa brasileira que resistiu e combateu o golpe civil-militar: a imprensa alternativa, a clandestina e a que atuava no exílio.

⁵⁸ Raimundo Ferreira – editor de *Opinião* em entrevista concedida à série “*Resistir é Preciso*”.

⁵⁹ BELLUCO, Hugo Alexandre de Lemos. “Ciências Sociais, Imprensa e Política: a experiência dos semanários *Opinião* e *Movimento* (1972-1981)”. Anais do XV Encontro Regional de História – ANPUH – RIO • Rio de Janeiro, Jul 2012, p. 1.

⁶⁰ Esta questão foi exposta por Antônio Carlos Ferreira (Tonico Ferreira), um dos jornalistas de *Opinião*, em entrevista concedida à série “*Resistir é Preciso*”.

sua vendagem, fossem diminuídos. Dessa forma, o projeto de viabilidade econômica do jornal foi profundamente abalado pela censura.

Além dessas dificuldades, o jornal passou por graves divergências internas entre seus membros colaboradores e fundadores. Instalou-se no interior do mesmo, um processo de tensão que provocou várias crises e desentendimentos que interferiram fatalmente para a não continuidade do projeto nos moldes em que ele havia nascido. Naquele contexto, Raimundo Pereira foi desligado do cargo de editor do jornal e essa demissão foi considerada arbitrária por parte da equipe do jornal, que ficou ao seu lado.

Assim, em 1975, a dissidência liderada por Pereira culminou na criação de *Movimento* – jornal alternativo que também tinha um aspecto evidentemente político e que contou com a participação de muitos dos cientistas sociais que compunham a equipe de *Opinião*.

O “racha”⁶¹ de *Opinião* que deu origem à *Movimento* não foi um caso isolado na trajetória da imprensa alternativa. Ao contrário, eles eram frequentes no meio dos jornais alternativos. Um exemplo foi o jornal de tendência feminista “Brasil Mulher” que rachou e teve como dissidente o jornal “Maria Quitéria”. Esse processo também ocorreu com o próprio jornal *Movimento* em 1977, quando, a partir de um “racha”, surgiu o jornal *Em Tempo*. Enfim, vários foram os jornais alternativos que surgiram a partir de situações de divergências político-ideológicas, onde as equipes dos periódicos se dividiam, se dissolviam e se recompunham indo em busca de novos caminhos com a proposta de constituir um espaço próprio de ação.

2.2 – Movimento: o alternativo político

Seguindo, em termos gerais, o mesmo posicionamento político de seu antecessor – *Opinião* –, o jornal *Movimento* surge, contudo, com novas propostas: ser um jornal democrático, com uma linguagem mais acessível – uma vez que o objetivo era atingir os trabalhadores; ser também um jornal apoiado por várias forças, um jornal que não teria patrão e empresário, sendo regido, assim, por concepções de propriedade coletiva e cooperativismo, ou seja, um jornal que seria “de e dos” jornalistas, principalmente daqueles que nele trabalhassem.

⁶¹ Os chamados “rachas” aconteciam quando um processo de tensões e divergências se instalava no interior dos jornais dividindo as opiniões, propostas e objetivos do grupo. Assim, o grupo contrário a situação que o jornal vivia promovia um “racha” (se desligava do jornal) dando origem a outro jornal com novas propostas.

No folheto de propaganda do novo jornal, logo na capa, já é divulgada a forma pela qual o mesmo seria produzido: “Nasce um Jornal: Dirigido por um conselho eleito pela redação, feito com o trabalho e com o dinheiro de mais de 300 pessoas, entre as quais mais de 100 jornalistas; nasce um jornal democrático: *Movimento*”⁶².

Além de jornalistas, pessoas que atuavam em outras áreas como, por exemplo, empresários, sindicalistas e professores universitários também apoiaram financeiramente e intelectualmente o surgimento do jornal. Esse apoio vinha por meio do esquema de campanha de cotas, onde 51% destas iam para o conselho de redação. Dessa forma, surgiu a empresa que faria o jornal *Movimento*: “Edição S/A” que teria sua propriedade dividida entre as pessoas que produziriam o jornal.

Essa mesma edição de inauguração e divulgação do semanário apresentou em uma de suas primeiras páginas a seguinte matéria: “Uma equipe que você praticamente já conhece”. Ali, foi listado o nome de todos os componentes da equipe responsável pela elaboração do jornal e o leitor foi informado que a redação de *Movimento* era formada a partir dos 40 jornalistas que saíram em fevereiro daquele ano do semanário *Opinião*. *Movimento* reuniu colaboradores como Fernando Henrique Cardoso, Audálio Dantas, Orlando Vilas Boas, Chico Buarque, Alencar Furtado, Edgar da Mata Machado, Hermilo Borba Filho etc.

Os referidos colaboradores, considerados representantes democráticos, faziam parte do Conselho Editorial do jornal que foi formado com o objetivo de democratizar a administração do mesmo. Tal conselho escolheria o editor chefe – cargo que foi ocupado por Raimundo Pereira – e opinaria nas relações internas da redação. Além do Conselho Editorial, o jornal teve também um Conselho de Redação, responsável por definir de fato as balizas diretoras do jornal. Esse conselho era integrado por pessoas como Antônio Carlos Ferreira, Bernardo Kucinski, Francisco de Oliveira, todos também vindos do jornal *Opinião*.

Retomando o conteúdo da já mencionada edição de lançamento, é importante ainda destacar outras informações interessantes, relacionadas à proposta do jornal: “*Movimento*: um semanário de informação e análise preocupado com a cena brasileira e com a gente brasileira”. Neste contexto, as páginas seguintes informavam de maneira mais direta ao leitor os objetivos do semanário:

apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana; descrever a cena brasileira, as

⁶² “Nasce um Jornal”, *Movimento*, n.0, p.01. Ressalta-se que esta edição se trata de um folheto de divulgação do jornal levado a público pela *Edição S/A* em fins de junho de 1975. *Movimento* foi às bancas pela primeira vez em 07/07/1975.

condições de vida da gente brasileira; acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas, pela melhoria da qualidade de vida da população, contra a exploração do país por interesses estrangeiros, pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo, pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.⁶³

Esses compromissos assumidos pelo jornal na edição de lançamento do mesmo foram perseguidos até o fim da sua história em 23 de novembro de 1981, quando *Movimento* levou à público sua edição de nº 334 que informava na capa em letras garrafais: *Movimento: Última Edição*⁶⁴. Nessa histórica edição de encerramento, algumas considerações expostas reafirmaram os objetivos estabelecidos no momento de nascimento do jornal e “são importantes para que se possa compreender o perfil de *Movimento*” (AQUINO, 1999, p. 126):

Reafirmamos o nosso programa político editorial e a necessidade de um jornal de frente, democrático e popular, independente e pluralista. A educação política do povo se dará dentro do processo de luta contra o regime militar e não doutrinariamente.⁶⁵

Dessa forma, toda a trajetória de *Movimento* foi marcada por matérias que, dentre os vários aspectos abordados, colocaram o debate político no centro de suas preocupações, discutiram questões diversas sobre a sociedade brasileira, apresentaram diferentes correntes de opinião pública etc. Entretanto, percorrer esse caminho não foi fácil, pois *Movimento* já nasceu vigiado, perseguido e censurado.

Conforme destaca Juliana Sartori (2006)⁶⁶, o lançamento do periódico não passou despercebido pela polícia política, que chegou a fazer um relatório contendo os custos estimados para se produzir o jornal. Além disso, vários são os relatórios do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Pública e Social) que contêm dados sobre a vida de Raimundo Pereira – editor do jornal, considerado suspeito, por exemplo, de participar de reuniões de caráter “subversivo”, e de ter ligações com o PC do B (Partido Comunista do Brasil).

⁶³ “Nasce um Jornal”, *Movimento*, n.0, p.05.

⁶⁴ Ressalta-se que o fechamento do jornal se deu por causa de uma grave crise econômico-financeira que se instalou na “Edição S/A”, somada a um processo de tensão por motivo de divergências internas.

⁶⁵ “Movimento morreu. Viva Movimento!” *Movimento*, n. 334, p.03.

⁶⁶ SARTORI, Juliana. *Movimento, um jornal “partido”*: trajetória e conflitos em torno de um semanário (1975-1981). Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. (p. 36).

Assim, a edição nº zero do *Movimento*, já foi marcada por conflitos: ela foi apreendida e seus editores, Raimundo Pereira e Antonio Carlos Ferreira, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Naquele contexto, Raimundo Pereira questionava os membros da equipe da polícia Federal que estavam na redação comunicando que o jornal estava censurado com base no AI-5: “Mas não tem jornal ainda, como é que vocês vão censurar um jornal que não existe? (...) [*Mas, eles disseram*] não tem conversa é censura e acabou”⁶⁷.

Mesmo assim, o jornal seguiu em frente e colocou nas bancas no dia 07/07/1975 seu primeiro exemplar que havia sido duramente censurado: “os censores vetaram nada menos que quatro propostas de capas do jornal, além de 18 matérias inteiras, 8 fotografias, 10 ilustrações e 12 charges” (AZEVEDO, 2011, p. 12). A capa da edição nº 1 de *Movimento* que foi aprovada para publicação não era muito atrativa, mas, tinha um conteúdo importante. Toda negra, apresentava uma foto em preto e branco de mais um quebra-quebra dos trens que saíram atrasados da Central do Brasil. Esta foto referia-se a matéria intitulada “Subúrbio Carioca”, matéria esta, que fazia parte da sessão “Cena Brasileira”.

No conjunto, as matérias publicadas nesta primeira edição demonstram que:

mesmo mutilado, o novo semanário trazia novidades e, sobretudo, um novo ângulo de observação da realidade para o leitor. Estimulava o debate político, a reflexão. Apesar do seu poder de retaliação, a censura havia deixado passar textos importantes. Sinal de que o governo já não podia fazer tudo que o queria e que um jornal como *Movimento* tinha respaldo em setores significativos da sociedade.⁶⁸

À reportagem anunciada na capa, somou-se uma matéria sobre a conjuntura política do país, que tinha como título: “A esfinge chamada distensão”, um artigo na sessão “Ensaio Populares” que demonstrava defesa aos direitos da mulher, reportagens contendo denúncias de fraudes e corrupção, divulgação de livros que tinha como tema o regime militar etc. Dentre essas reportagens, cabe destacar uma publicada logo no início do jornal (p. 2) que traz como título: “O caminho contra as calúnias”.

O interesse particular por esta matéria está no tema tratado pela mesma: a tortura. É interessante identificar em um jornal que teve sua edição tão censurada, a presença de uma reportagem sobre este assunto. Nesta, é apresentado um discurso feito pelo general Ednardo d’Ávila Melo na Igreja Batista da Vila Mariana em São Paulo. O general, que era comandante

⁶⁷ Esta questão foi exposta por Raimundo Pereira - editor de *Movimento*, em entrevista concedida à série “*Resistir é Preciso*”.

⁶⁸ AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011, p. 14.

do II Exército, contestava acusações de que existiam torturas contra presos políticos no Brasil, admitindo apenas, que poderiam ocorrer casos isolados, excessos individuais. Neste sentido, *Movimento* destaca a fala de d'Ávila Melo: “Não somos torturadores em sã consciência. O que existe é que não se pode controlar o país inteiro e nem todos são santos, como acontece em todo o globo”⁶⁹.

Aproveitando o ensejo dessa declaração, a matéria ressalta que nos últimos anos repetidas eram as denúncias de arbitrariedades contra presos políticos: torturas morais e físicas, prisões ilegais, desaparecimentos misteriosos e até mesmo mortes. Entretanto, mesmo sendo muitas dessas denúncias feitas por respeitáveis instituições, o governo mantinha sempre a negativa sumária de que tais arbitrariedades não aconteciam no país. *Movimento* coloca ainda, a decepção da população diante ao não pronunciamento do governo nesses casos. Neste sentido, o periódico destaca:

Nestas circunstâncias é compreensível que a opinião pública, apesar de todos os desmentidos, conserve pelo menos suas dúvidas acerca do tratamento recebido pelos detidos políticos. Ora, o general Ednardo Melo declarou enfático, que as acusações de tortura “ofendem a dignidade e o sentido religioso das Forças Armadas”. Seria então o caso de o governo reconhecer que é de seu próprio interesse tirar a limpo essa controvérsia? Mas se quer desfazer realmente as dúvidas, só encontrará uma saída: aceitar o desagradável, mas eficiente método democrático de investigação séria, conduzida por comissão idônea, com ampla participação e controle da opinião pública.⁷⁰

Dessa forma, essa reportagem demonstra nas entrelinhas a postura crítica do jornal frente ao regime militar. Além de trazer o tema da tortura; da violação dos direitos humanos (tão comum naqueles anos, porém, velada), para o centro do debate, coloca ainda em questão o posicionamento do governo diante dos fatos, interrogando se mediante tantas denúncias não seria o momento de esclarecer as controvérsias, as “calúnias” que cercam a questão, como diz ironicamente o título da reportagem.

Esta matéria foi então, a primeira contribuição de *Movimento* no processo de debate acerca do tema da tortura, e não só isso, ela pode ser vista também como uma forma de exposição, de denúncia das arbitrariedades cometidas pelo regime. Naquele contexto, *Movimento* já apontava criticamente para uma questão que atualmente já está esclarecida, mas que se tornou um clichê da história do período durante um bom tempo: a suposição de que os

⁶⁹ “O caminho contra as calúnias”. *Movimento*, 07/07/1975, n.1, p.02.

⁷⁰ *Ibidem*.

generais não tinham responsabilidade pelos atos de tortura e pelo assassinato político. Essa ideia foi defendida e repetida em várias ocasiões nas memórias de militares⁷¹ que afirmavam, assim como o general Ednardo d'Ávila Melo, citado na reportagem de *Movimento*, que a tortura e o extermínio seriam de “responsabilidade de subalternos, praticantes de excessos que teriam constituído um modo desvirtuado de levar a cabo a repressão, sem a aprovação dos oficiais-generais” (FICO, 2004, p. 35), uma questão que Luciano de Oliveira chama de “indizibilidade da tortura por parte de quem a praticou” (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

As edições seguintes do semanário, mesmo com o rigor da censura que vetava total ou parcialmente as matérias produzidas⁷², confirmaram os importantes propósitos iniciais do jornal, incluindo o de ser “um projeto de oposição à ditadura” (AZEVEDO, 2011, p. 31). Neste sentido, *Movimento* por meio de suas páginas criticou e procurou combater o autoritarismo característico do regime militar, lutando pelo restabelecimento das liberdades democráticas e debatendo, conforme já destacado anteriormente, questões diversas que abarcavam aspectos econômicos, políticos e sociais.

Grande ênfase foi dada às sessões intituladas “Gente Brasileira” e “Cena Brasileira”, onde o objetivo era apresentar reportagens que tratassem da vida e luta do povo em uma linguagem que pudesse ser compreendida por esse povo. Na trajetória de *Movimento*, este foi um dos temas mais recorrentes e também um dos principais alvos dos censores. As reportagens de Murilo Carvalho destacando, por exemplo, os trabalhos desenvolvidos no campo tornaram-se célebres.

Neste contexto de defesa e apoio aos interesses populares, cabe destacar a dedicação do periódico à temática dos movimentos sociais ou “movimentos populares” – expressão mais utilizada por *Movimento*, que, a partir de 1980, chegou inclusive, a ser o nome de uma nova coluna do jornal. Esses movimentos eram vislumbrados pelo semanário como importantes mecanismos que estimulavam e pressionavam mudanças no cenário político do país. Dessa forma, conforme aponta Juliana Sartori, é “como se os movimentos populares fizessem parte de uma estratégia do jornal para o combate à ditadura” (SARTORI, 2006, p. 60).

“Assuntos” foi uma seção que ocupava duas páginas centrais de *Movimento* e trazia notas e matérias curtas de fácil leitura, com temáticas mais específicas, como os perfis

⁷¹ Um exemplo é a memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI de São Paulo que escreveu o livro *Rompendo o Silêncio*. (USTRA, Carlos Alberto Brilhante. (1987), *Rompendo o Silêncio*. Brasília. Editerra).

⁷² Sobre o processo de censura vivido pelo jornal ver o trabalho de Maria Aparecida de Aquino que analisa a censura prévia nos periódicos *Movimento* e *O Estado de São Paulo*, por meio de uma comparação dos principais temas que eram censurados em cada um deles. (AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999).

populares, as notícias econômicas rápidas e as lutas de cunho social e seus desdobramentos. Posteriormente, “Assuntos” se transformou em um suplemento de artigos de *Movimento* que era distribuído em movimentos de bairro e no MCV (Movimento Contra o Custo de Vida).

Outra sessão interessante do jornal foi “Ensaio Populares” criada para ser um espaço de propagação do pensamento mais elaborado da esquerda, a partir de fatos cotidianos, da conjuntura. Eram características dessa seção: a linguagem pedagógica e a clareza de estilo, que eram apresentadas em ensaios rápidos, que no geral, discutiam a política do governo e as estratégias da oposição. Com o tempo, essa seção foi adquirindo um conteúdo político mais definido⁷³ e acabou se tornando um motivo de divergências no jornal, sendo posteriormente uma das causas alegadas para o “racha” que se deu em *Movimento* em 1977.

A expressão de *Movimento* como uma experiência de oposição à ditadura militar pode ser observada também através das manifestações de seus leitores, sempre participativos. Assim, cabe mencionar a seção intitulada “Cartas Abertas” que, mesmo apresentando cartas selecionadas e publicadas de forma parcial, pode ser considerada como um importante canal de exposição de opiniões, de debates e denúncias, dentre as quais se inserem as de violação dos direitos humanos.

O humor também esteve presente nas páginas de *Movimento*, por meio da seção “Corta Essa”. Essa seção do jornal, que de forma crítica e descontraída abordou assuntos relevantes do país⁷⁴, foi inaugurada logo após a suspensão da censura, em junho de 1978 na edição de nº 155 representando uma espécie de “grito de liberdade”.

⁷³ Várias foram as discussões em torno da seção “Ensaio Populares” principalmente com relação a seu conteúdo político e sua autoria, chegando esta seção a ser considerada um “porta voz” do PCdoB. Para detalhes sobre essa questão ver: AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011 e KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 1991.

⁷⁴ São exemplos de temas abordados na seção “Corta Essa”: a queda do AI-5, o processo de Anistia, a existência de tortura, a dívida externa, críticas direcionadas ao presidente Figueiredo etc.

Capítulo 3: Tortura: Uma visão através de *Movimento*

Atualmente, já é difundida no meio acadêmico a tese de que a ditadura militar, ao longo de toda a sua duração, contou com o apoio de relevantes setores da sociedade que possibilitaram, de certa forma, a manutenção e legitimação do regime ditatorial durante tantos anos⁷⁵. Mas é importante destacar, que houve também as vozes que se revelaram contra as arbitrariedades do regime, colocando em evidência questões por ele “encobertas”, como as práticas de prisões arbitrárias, desaparecimentos, torturas e até mesmo execuções. Neste contexto, inserem-se exemplos de jornais que atuaram como espaço de ressonância para a discussão, manifestação e denúncia dessas práticas cometidas pelo regime militar. *Movimento* é um deles.

Com esse objetivo de debater, refletir e se fazer porta-voz de denúncias da repressão violenta do regime, *Movimento*, conforme já abordado neste trabalho, procurou desde sua primeira edição destacar a temática da tortura com um tom de denúncia. Contudo, a censura prévia que perseguia o semanário acabou por proibir inúmeras das reportagens que tratavam de aspectos referentes às transgressões dos direitos humanos. Sendo assim, durante o período em que o semanário estava sob o rígido controle da censura, o mesmo procurou “driblar” o regime, para que matérias que demonstravam a necessidade de debate e esclarecimento de versões e questões obscuras que cercavam o assunto pudessem ser divulgadas. Após a suspensão da censura, já em meados de 1978, a situação mudou: o tema que era outrora proibido, ou tratado de forma mais restrita, foi explicitado nas páginas de *Movimento*.

Dessa forma, no decorrer dos anos de 1978 e 1979, o semanário abordou de forma intensa a temática da tortura e dos crimes de violação dos direitos humanos como um todo. Várias foram as reportagens que destacaram e expuseram a imagem de nomes importantes do regime militar, enfatizando o envolvimento direto dos mesmos com os crimes de tortura e execuções sumárias⁷⁶. Diversas foram também, as matérias que debateram e discutiram acerca da necessidade de apuração dos casos de violência e tortura cometidos no decorrer dos anos

⁷⁵ Daniel Aarão Reis, por exemplo, trata dessa questão em alguns de seus trabalhos. No texto intitulado “Ditadura, anistia e reconciliação” o autor aborda a Lei da Anistia, e ressalta três silêncios em torno da referida Lei: o silêncio sobre a tortura e os torturadores, o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura e o silêncio sobre as propostas revolucionárias.

⁷⁶ Exemplos: “A sentença contra Fleury”, *Movimento*, 27/02/1978, nº 139, pp. 3-4; “Retrato falado de um torturador/Este homem é um torturador”, *Movimento*, 19/06/1978, nº 155, pp.3-4; “Este general comandou os torturadores”, *Movimento*, 12/11/1979, nº 228, pp. 11-12.

de repressão⁷⁷. Enfim, inúmeras foram as edições que direta ou indiretamente questionaram e denunciaram a prática de tortura no Brasil demonstrando que a mesma existia, e não só isso, era comum, criteriosamente planejada, patrocinada pelo Estado e oficialmente autorizada pelos oficiais-generais e até mesmo pelos presidentes⁷⁸.

Sendo assim, é importante pensar sobre o posicionamento de *Movimento* no contexto do regime militar. O semanário surgiu após a implementação do ambíguo e incerto projeto de “abertura” do governo Geisel, projeto este que, apesar de expor outras propostas, mantinha os principais métodos de controle e repressão característicos do regime.

Movimento, desde seu nascimento buscou cumprir um de seus principais objetivos: o de “ser um projeto de oposição à ditadura” (AZEVEDO, 2011, p. 31). Essa questão pode ser verificada por meio das diversificadas temáticas que foram abordadas pelo jornal, dentre elas, as relacionadas à tortura. Assim, a decisão de *Movimento* em destacar tal assunto, pode ser vislumbrada em um primeiro momento como uma forma de luta e resistência, que buscava atingir diretamente um dos pilares da ditadura militar: a repressão violenta.

Posteriormente, a ampla cobertura do tema da tortura feita pelo semanário no decorrer dos anos de “abertura”, de transição⁷⁹, acaba por enfatizar o engajamento de *Movimento* nesse processo de luta e resistência contra o regime militar. Contudo, nesse segundo momento, onde o semanário já vivia um clima de maior liberdade política, podendo tratar de forma mais aberta assuntos que eram anteriormente negados e proibidos, a intensa divulgação de denúncias de transgressão dos direitos humanos feita pelo mesmo e também por outros meios de comunicação da imprensa⁸⁰ representava, naquele contexto, uma grande barreira ao modelo de transição projetado pelo regime, pois uma transição naqueles moldes “só seria possível na medida em que o regime autoritário que ia se encerrando pudesse ser legitimado junto à sociedade”. (TEIXEIRA, 2013, p. 60).

⁷⁷ Exemplos: “Jornalistas relatam violências policiais”, *Movimento*, 13/03/1978, n° 141, p. 11; “Os crimes contra a humanidade devem ser esclarecidos”, *Movimento*, 24/07/1978, n° 160, p. 8; “Torturas: MDB avança. Dividido e em clima de emoção, o MDB aprovou a CPI da tortura. E decidiu ainda, levar os nomes dos torturadores ao Supremo Tribunal Militar”, *Movimento*, 14/05/1979, n° 202, p. 11.

⁷⁸ Exemplos: “Na sala ao lado os gritos de Herzog”, *Movimento*, 22/05/1978, n° 151, p. 2; “Somos cidadãos brasileiros, Sr. Presidente, queira ou não”, *Movimento*, 03/07/1978, n° 157 p. 21. “O caso Cajá e outros: tortura em Pernambuco: Eis a denúncia”, *Movimento*, 10/07/1978, n° 158, p. 8; “Na pista dos desaparecidos, surge uma casa de torturas clandestinas”. *Movimento*, 16/10/1978, n° 172, p. 16; Série “Tortura à Brasileira”, *Movimento*, n° 171: 09/10/1978, pp.14-15; n° 172: 16/10/1978, pp.14-15; n° 173: 23/10/1978, pp.14-15 e n° 174: 30/10/1978, pp.14-15; “Assessores de Delfim no esquema do dinheiro que financiou a tortura”, *Movimento*, 05/03/1979, n° 192, p. 11; “Geisel: retrato de um déspota”, *Movimento*, 19/03/1979, n° 194, pp. 13-16.

⁷⁹ Destaca-se aqui o recorte cronológico do trabalho: os anos de 1978 e 1979.

⁸⁰ É importante destacar que as denúncias relacionadas às práticas de tortura feitas por *Movimento* não eram um caso isolado. Essa “ação” do semanário insere-se em um contexto mais abrangente, visto que outros meios de comunicação também divulgavam no mesmo período reportagens com esse conteúdo. Um exemplo a ser mencionado é a reportagem de Antonio Carlos Fon publicada na revista *Veja*: “Descendo os porões”, *Veja*, 21/02/1979, n° 546, pp. 60-68.

O levantamento de matérias entre os anos de 1978 e 1979 que trataram da temática da tortura nas páginas de *Movimento*, nos indica várias reportagens que demonstram o posicionamento do jornal frente ao regime militar com relação à denúncia e ao questionamento das práticas de tortura. Dentre essas reportagens, uma série divulgada por *Movimento* em outubro de 1978 se destaca pela dedicação do periódico ao tema, que naquele contexto, foi abordado por diversos ângulos e de uma forma bem particular, direta e até mesmo inovadora.

A proposta do jornal era demonstrar práticas de tortura comumente utilizadas pelo regime militar, e frequentemente denunciadas por presos políticos e comuns, mas que não eram entretanto, investigadas. Assim, através da série intitulada “Tortura à brasileira” composta por quatro matérias divulgadas em edições seguidas⁸¹, o jornal reproduziu dois dos consagrados métodos de tortura: o pau-de-arara e o choque elétrico. Além disso, abordou a questão da participação de médicos nas sessões de tortura e destacou um arsenal de equipamentos produzidos com a mais alta tecnologia para esse fim.

A primeira reportagem, de autoria de Hamilton Almeida Filho com fotos de Amâncio Chiodi, teve como manchete o nome da série: “Tortura à brasileira!”. Nesta, *Movimento* apresentou fotos de como funcionava o pau-de-arara. Para isso, um repórter da redação do jornal se submeteu ao referido método de tortura. É interessante notar o aparente objetivo do periódico ao utilizar esta tática de fotografar a experiência de seu repórter, uma vez que, ao inserir essa sequência de imagens na matéria: estando estas combinadas às descrições do texto, o leitor não só imaginaria a situação de tortura, ele estaria de certa forma, diante dela.

Nesta reportagem, que tinha um explícito sentido de denúncia das práticas de tortura, foi apresentado de forma pormenorizada o processo de submissão do torturado ao pau-de-arara, informando ainda ao leitor, que aquela prática de tortura (somada também a outros métodos) era, naquele contexto, generalizada por todo país:

A partir de 1969, o pau-de-arara entra para a política, com todo o seu cerimonial de choques e pauladas, logo acrescido de outros requintes: a cadeira-do-dragão (eletrificada), o submarino (afogamento), o telefone, até chegar à sofisticação da geladeira (...). Tudo dentro da doutrina de que na “guerra revolucionária” o inimigo está entre nós, só podendo ser descoberto através da tortura dos suspeitos e da informação imediata a qualquer preço.⁸²

⁸¹ *Movimento*, nº 171: 09/10/1978; nº 172: 16/10/1978; nº 173: 23/10/1978 e nº 174: 30/10/1978.

⁸² “Tortura à brasileira”, *Movimento*, 09/10/1978, nº 171, p. 15.

Porém, ao enfatizar a prática generalizada da tortura no período do regime militar, o jornal não afirmava que tais práticas haviam sido inventadas pelo referido regime. Ao contrário, *Movimento* ressaltou na matéria outros períodos políticos da história do Brasil onde a tortura já era aplicada como método de se obter informações. Esse é um aspecto relevante, pois o semanário toca em uma questão fundamental: a tortura era uma prática violenta utilizada em nosso país há muito tempo, fazendo dessa forma, parte da nossa história de “longa duração”.

O semanário destacou também que, sendo o pau-de-arara uma invenção brasileira mundialmente reconhecida, ele acabou se tornando um produto nacional que foi exportado para vários países da América Latina, e que sua existência, após tantas denúncias, só era negada por parte daqueles que o utilizavam e dos que se recusavam a investigá-lo. Aqui, de forma direta o jornal se refere aos policiais e as autoridades do regime militar destacando a cumplicidade destes últimos com os crimes de tortura. Cabe mencionar que, apesar de não citar nomes, a reportagem resalta as instituições de segurança do país informando ao leitor que a tortura era praticada não só pelo Exército:

Primeiro, foi utilizada a mão-de-obra já experimentada da polícia civil, a serviço dos órgãos de segurança das Forças Armadas, terminando, por fim, pela primeira vez em nossa história, por envolver com estas práticas militares do Exército, Marinha e Aeronáutica⁸³.

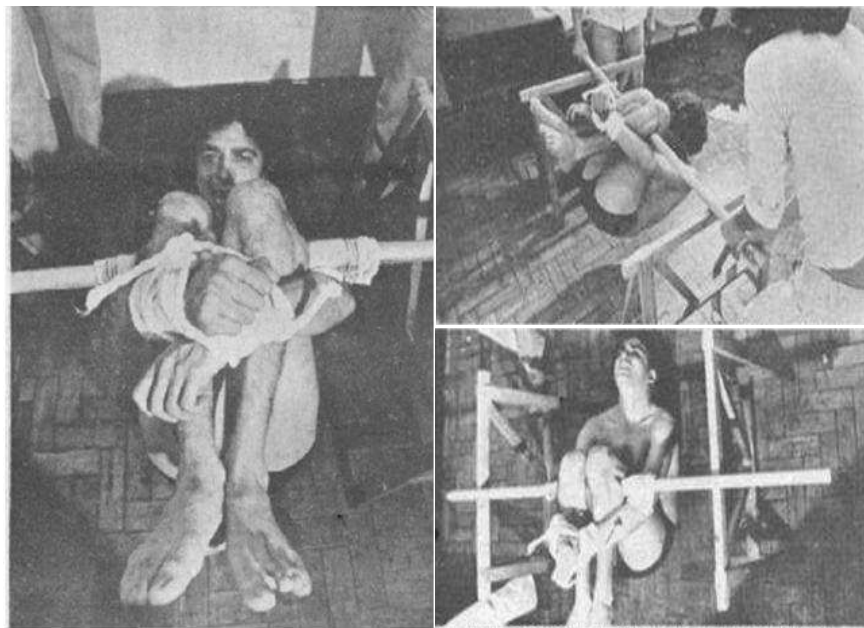


FIG. 1: Repórter de *Movimento* se submete à tortura no pau-de-arara. In: *Movimento*, 09 de outubro de 1978, nº 171, p. 14.

⁸³ “Tortura à brasileira”, *Movimento*, 09/10/1978, nº 171, p. 15.

A segunda matéria da série “Tortura à brasileira” denunciou a participação de médicos nas sessões de tortura desenvolvidas por todo o país. A reportagem iniciou-se com a seguinte frase: “É um problema político, não houve nenhum caso no Brasil de médico que tenha sido punido por participar de torturas”⁸⁴. Além disso, *Movimento* salientou: “Quem assiste também é torturador”⁸⁵.

A matéria, que foi elaborada a partir de um debate com três médicos do Núcleo de Profissionais de Saúde do Comitê Brasileiro pela Anistia, discutiu entre várias questões, aspectos éticos em torno dos vários casos de médicos que compactuavam com práticas de tortura, questões vinculadas aos efeitos deixados nas pessoas torturadas que podiam ser tanto físicos quanto psicológicos, questões relacionadas à institucionalização da tortura etc. *Movimento* apresentou ainda, um impressionante relato⁸⁶ feito por uma das médicas – Joana D’Arc Vieira Neto – que teve sua irmã, a estudante Marina Vieira da Paz, torturada por 30 horas ininterruptas. O caso de Marina Paz foi colocado como um dos raros casos em que o estado físico de um preso torturado ficou documentado medicamente.

Nessa reportagem, que foi elaborada a partir de opiniões de especialistas, de denúncias, de investigações de casos de pessoas que foram torturadas e de relatos de profissionais que acompanharam o processo de tortura de outras pessoas, percebe-se a característica de um “jornalismo como sistema perito” (PEREIRA, 2009, p. 220), no sentido que *Movimento* procura “impor como indiscutível o fato que ele relata” (MIGUEL, 1999, *apud.* PEREIRA, 2009, p. 221). De maneira mais específica, é possível pensar que essa estratégia jornalística do semanário tinha por objetivo garantir a relação de confiança que o leitor, enquanto receptor daquela notícia, deveria manter com o jornal, com o que ele publicava. Neste sentido, vislumbrando expressar a veracidade de suas informações, e obter conseqüentemente, a credibilidade de seus leitores, *Movimento* procurava transmitir uma mensagem pautada em um conhecimento aprofundado e específico do assunto que não viesse gerar dúvidas no leitor. Para isso, nesta reportagem em particular, o jornal utilizou, por exemplo, imagens de instrumentos de tortura e a palavra; o conhecimento técnico de profissionais que relataram os efeitos físicos e psicológicos da tortura.

Já em “Tortura à Brasileira III”⁸⁷ o foco foi direcionado para a prática de tortura a partir do choque elétrico. O jornal destacou a eletricidade como a contribuição do século à

⁸⁴ Ressalta-se que essa frase foi dita no decorrer da reportagem por um médico que participou do debate promovido por *Movimento*. “Diagnóstico: Cicatrizes para o resto da vida”: *Movimento*, 16/10/1978, nº 172, p. 14.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ “30 horas nas mãos dos carrascos”, *Movimento*, 16/10/1978, nº 172, p. 15.

⁸⁷ “O progresso a serviço da barbárie”. *Movimento*, 23/10/1978, nº 173, p. 14

ciência da tortura, uma vez que, cumprindo seu papel de causar uma dor extrema no torturado, o choque elétrico raramente matava ou deixava marcas físicas. Nessa edição da série, também foram apresentadas fotos do mesmo repórter da redação de *Movimento*, tendo seu corpo ligado a fios que saíam de uma máquina que tinha o mesmo circuito elétrico utilizado na “caixinha preta” do DOI/CODI paulista, por exemplo. O aspecto realístico que essas imagens conferiam à matéria foi complementado por relatos de pessoas que já haviam sido torturadas com o choque elétrico e também pelo depoimento de um psiquiatra paulista que cuidou de vítimas que passaram por esse tipo de tortura.



FIG. 2: Repórter de *Movimento* representa a tortura com o choque elétrico. In: *Movimento*, 23 de outubro de 1978, nº 173, p. 14.

Seguindo o mesmo direcionamento da reportagem supracitada, a quarta e última matéria da série “Tortura à Brasileira”⁸⁸ destacou a questão da tecnologia mais avançada do mundo colocar à disposição dos torturadores um “arsenal de equipamentos diabólicos”. Neste sentido, *Movimento* especificou cinco dos mais consagrados métodos de tortura utilizados no país: “a cadeira do dragão”, a sala de interrogatório, o “soro da verdade”, a “geladeira” e a chamada “ante-sala”. Cabe salientar que, ao descrever os referidos métodos de tortura, o jornal utilizou um artifício que conduzia o leitor, primeiramente, a uma identificação dos instrumentos de tortura a partir do seu funcionamento técnico, do seu aspecto de engenho mecânico, destinado a provocar dor e sofrimento na pessoa que fosse a ele submetida.

⁸⁸ “O Máximo de dor num mínimo de tempo”, *Movimento*, 30/10/1978, nº 174, p. 15.

Contudo, logo após apresentar tal informação ao leitor, o jornal expôs também, o relato de uma pessoa que já havia sido torturada naquele “equipamento diabólico”, aspecto este que, alterava o sentido estritamente objetivo e técnico da descrição de um instrumento de tortura, uma vez que, a partir de então, havia a presença da questão emocional do relato, não deixando que fosse assim apagada, “as marcas do que a tortura teria de intolerável”⁸⁹

A Geladeira: Cabina de concreto, refrigerada, revestida internamente por eucatex acústico. Sem janelas. Hermeticamente fechada (porta de frigorífico). Entrada de ar por orifícios abertos no eucatex. Circuito interno de TV para controlar o prisioneiro. Sistema de som, opcionalmente usado para comunicação com o prisioneiro, ou para emitir ruído (turbina de avião a jato, berros histéricos, ruídos de metralhadoras, zumbi dos agudos, gritos de outros torturados etc.) (...)⁹⁰

Um torturador: “este é o método Pavlov”.

Ali permaneci por 5 ou 6 dias, nu, algemado de mãos para trás, de capuz, sem comer ou dormir e fazendo as necessidades fisiológicas dentro da cela. Durante dia e noite, sons os mais estridentes eram emitidos com o objetivo de, segundo afirmações deles, desestruturar minha personalidade. (...). De vez em quando, abriam a porta e jogavam-me baldes d’água e jarras de água gelada. Nestas condições, não se podia ter noção do tempo. O torturador insistia em afirmar que ali se utilizava o método de Pavlov. Tentavam induzir-me a idéia de que eu estaria ficando louco e afirmavam que tinham como objetivo matar-me ou fazer-me louco. Por estar muito cansado e não querer ficar no centro da cela como pretendiam os torturadores fui golpeado diversas vezes na cabeça. (...)⁹¹

Através desse relato de tortura, assim como de vários outros que foram expostos nas páginas de *Movimento*, é possível perceber a situação de total impotência da vítima perante seu torturador. Observa-se também, conforme aponta Marilena Chauí, a incoerência absurda que se estabelece com a tortura, pois,

deseja-se que, através da dor e da degradação, um ser humano vire “coisa” e ao mesmo tempo permaneça gente para que reconheça no torturador um outro ser humano, pois se tal reconhecimento não existir, não pode haver confissão, não pode haver capitulação e sobretudo, não pode haver admissão do poder do torturador. Assim, o que a tortura cria é a situação-limite e impossível na qual se destrói a humanidade de alguém para que esse mesmo alguém atue como

⁸⁹ GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*: São Paulo, Boitempo, 2010, p. 137.

⁹⁰ “O Máximo de dor num mínimo de tempo”, *Movimento*, 30/10/1978, nº 174, p. 15.

⁹¹ *Ibidem*: Relato de Aldo Silva Arantes ao Conselho de Justiça da 1ª Auditoria da II Circunscrição Judiciária Militar.

humano, isto é, estabeleça com o algoz uma relação intersubjetiva, sem a qual o torturador perde a função e perde o sentido.⁹²

Ao expor tais relatos, *Movimento* exerce também um importante ofício que possibilita a existência da “memória de papel”⁹³, pois “além do registro, produção e reprodução de testemunhos o jornalismo exerce, ao mesmo tempo, uma primeira seleção e confrontação de testemunhos” (PEREIRA, 2009, p. 224).

Neste sentido, é interessante notar ainda nas reportagens da série “Tortura à Brasileira” a prática jornalística utilizada por *Movimento*. Pereira, ao discorrer sobre as tensões existentes entre história e jornalismo⁹⁴, destaca outra questão importante para a presente análise. A partir das concepções de Jorge Cláudio Ribeiro, o autor ressalta que o jornalismo abre caminho entre duas margens. A primeira delas seria a imediaticidade, que desperta emoção e interesse e a segunda, certo grau de reflexão, que assume distintos níveis de distanciamento e globalização sem os quais, não há notícia. Sendo assim, Pereira conclui que o jornalismo é “uma forma de construção da realidade e não uma mera reprodução dos acontecimentos” (PEREIRA, 2009, p. 220).

Dessa forma, é possível pensar que *Movimento* ao expor em suas páginas distintos elementos referentes às práticas de tortura no país da forma que o fez, não pretendia somente dissertar sobre aquele assunto; ao contrário, o propósito era abordá-lo de maneira intensa, profunda, produzindo conhecimento sobre o mesmo e demonstrando o quão real ele era naquele contexto. Este processo cumpria ainda uma dupla função: conduzia o leitor a um conhecimento crítico e detalhado das práticas de tortura no país e denunciava o regime militar no que compete à sua participação, cumplicidade e responsabilidade por tais crimes, comprometendo assim, sua política de “distensão” nos moldes em que ela havia sido planejada.

Reflexo de como essa ação⁹⁵ realizada por *Movimento* representou uma “pedra no caminho” para o regime é o processo que o mesmo moveu contra o semanário, mais especificamente, contra o diretor responsável pelo jornal pretendendo enquadrá-lo na Lei de

⁹² CHAUI, Marilena. Um regime que tortura. In: ELOYSA, Branca (org.). I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais. Depoimentos e debates. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987, p. 34.

⁹³ Essa concepção é apresentada por Mateus Henrique de Faria Pereira em sua obra *A Máquina da Memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo* (2009), quando o mesmo aborda a relação do jornalismo com a questão do testemunho. Ressalta-se que ao destacar a metáfora “memória de papel” o autor está se baseando em uma idéia de Paul Ricoeur.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ Entende-se aqui a ação de elaboração e divulgação de matérias que expunham o tema da tortura e da violação dos direitos humanos.

Segurança Nacional⁹⁶. Dentre as acusações direcionadas ao jornal, as reportagens sobre a tortura e os crimes de transgressão dos direitos humanos cometidos pelo governo estavam implícitas⁹⁷. Assim, na edição de nº 174 (30/10/1978) em uma matéria que respondia as acusações que o governo fez contra o jornal, *Movimento* destacou: “O governo não é intocável”⁹⁸. Ao ressaltar as quatro acusações básicas que o governo fazia contra suas edições o periódico colocou que:

Acusa-nos ainda o governo de publicar entrevistas e reportagens com o objetivo de “denegrir a imagem do exército brasileiro perante a opinião pública” e de “estimular a discórdia”, “incentivar a indisciplina” e “provocar cisões” em seus quadros (...). De nossa parte, não consideramos que sejam matérias como as que publicamos que tenham concorrido para “denegrir a imagem do exército brasileiro perante a opinião pública” nos últimos anos. (...). O que tem corroído a “imagem do Exército” são episódios como a imposição do general Figueiredo como futuro presidente, ou as torturas e assassinatos de presos políticos perpetrados em quartéis (...)⁹⁹

Cabe destacar que *Movimento* não foi o único jornal a incomodar o regime e seus representantes vindo a sofrer em decorrência disso, um processo pelas reportagens que divulgou. Na publicação de nº 194 (19/03/1979), o semanário apresenta uma matéria¹⁰⁰ sobre um processo sofrido pela Revista *Veja* após a mesma ter publicado uma impressionante reportagem sobre a tortura intitulada “Descendo os porões” de autoria de Antônio Carlos Fon. Naquele contexto, *Movimento* cita ainda o nome de outros jornais como, por exemplo, o jornal *Resistência* que teve seu editor – Luiz Maklouf processado após o mesmo ter publicado no referido jornal um depoimento a respeito de torturas sofridas por Paulo Fontelles e Hecilda Veiga¹⁰¹ no Ministério do Exército.

⁹⁶ Sobre a denúncia feita contra o diretor do jornal, *Movimento* esclarece que “por ordem do general Ernesto Geisel, com base em representações dos ministros da Justiça, Armando Falcão, e do Exército general Fernando Bethlem, e especialmente designado pelo procurador-geral do polícia Militar, o procurador Henrique Vailati Filho apresentou no dia 24/10/1978, uma denúncia imediatamente aceita pelo juiz da 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária militar”. “O governo não é intocável”, *Movimento*, 30/10/1978, nº 174, pp. 02 e 03.

⁹⁷ É importante destacar que *Movimento* já vinha, a um bom tempo, divulgando reportagens que expunham a imagem do governo com relação a casos de torturas, execuções, prisões arbitrárias etc. Entretanto, o processo contra o diretor do jornal veio logo após este ter divulgado uma matéria ressaltando as irregularidades do Governo Geisel e ter lançado a série “Tortura à Brasileira” ambas na edição nº 171 (09/10/1978).

⁹⁸ *Movimento*, 30/10/1978, nº 174, p. 2-3.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ “O processo contra a revista *Veja*. Tentando calar os grandes e estrangular os pequenos”, *Movimento*, 19/03/1979, nº 194, p. 6.

¹⁰¹ Paulo Fontelles e Hecilda Veiga eram respectivamente o presidente e a secretária da “Sociedade Paraense de Direitos Humanos”.

No ano de 1979 iniciou-se o período de transição política no Brasil, período este, que se estendeu até o ano de 1988¹⁰². A partir de janeiro de 1979, o AI-5 foi revogado, o que conseqüentemente reforçou “o clima de liberdade política” que já havia sido vislumbrado por *Movimento* em 1978, permitindo, neste sentido, que o jornal continuasse atuar de forma efusiva no processo de denúncia das práticas de tortura no país, mantendo assim, seu posicionamento de luta e resistência contra a ditadura.

É justamente neste contexto de transição política que o regime se via diante de um impasse: como realizar um efetivo trabalho de legitimação junto à sociedade se uma avalanche de denúncias contra os direitos humanos e sobre o apoio e conivência do governo com tais crimes tomava conta das páginas dos jornais, expondo, inclusive, a imagem de indivíduos adeptos do regime militar que continuariam no poder no decorrer do regime democrático ocupando importantes cargos políticos?

Neste sentido, cabe destacar uma matéria que *Movimento* divulgou no início de 1979. Nesta, o periódico denunciou e acusou o governo de forma aberta e direta no que compete à responsabilidade e conivência do mesmo nas práticas de tortura realizadas por todos aqueles anos no país. A capa da edição 192 (05/03/1979) informava ao leitor em caixa alta: “Inédito: Quem deu dinheiro para tortura”. Na matéria, *Movimento* revelou como era custeado o caro “esquema” que sustentava todo o aparato repressivo vinculado a tortura:

Além das verbas oficiais, a repressão contava com dinheiro de industriais, principalmente de grupos multinacionais. O fato mais comprometedor para o regime é que o esquema de arrecadação de fundos junto aos industriais era coordenado por um assessor do então ministro da Fazenda, Delfim Netto.¹⁰³

Esse “esquema de arrecadação de fundos” destacado por *Movimento* basear-se-ia na criação de duas empresas de consultoria: a *CIA Consultores Industriais Associados. S/C* e a *Intelligence, Assessoria Integral*, que tinham como função específica arrecadar e gerir “o dinheiro destinado ao pagamento de prêmios aos agentes dos órgãos de segurança”¹⁰⁴. *Movimento* explicou também que, com sede na cidade do Rio de Janeiro, essas empresas

¹⁰² Cabe destacar que no meio acadêmico há divergências com relação à periodização do processo de transição brasileiro. O período aqui apresentado é defendido por Daniel Aarão Reis. O referido autor coloca que a partir de 1979, “quando deixou de existir o estado de exceção, com a revogação dos Atos Institucionais, e foi aprovada a anistia, ensejando a volta do exílio dos principais líderes das esquerdas brasileiras, abriu-se um período de transição, até 1988, quando a aprovação de uma nova Constituição restabeleceu as condições de um pleno estado de direito em nosso país”. AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 11.

¹⁰³ “Assessores de Delfim no esquema do dinheiro que financiou a tortura”, *Movimento*, 05/03/1979, nº 192, p. 11.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

possuíam, ainda, agentes em todas as cidades onde houvesse ramificações do DOI-CODI. O assessor de Delfim Netto mencionado na reportagem era Paulo Henrique Sawaiva Filho¹⁰⁵ – um dos diretores das duas empresas citadas e acusado de ter se envolvido direta e pessoalmente na tortura a presos políticos, em São Paulo.

Assim, é possível destacar que mesmo que, tais denúncias fossem desmentidas, a publicação periódica de reportagens desse tipo, acabava por desgastar a imagem de pessoas importantes para o regime, pessoas estas que continuariam, inclusive, participando efetivamente do processo de tomada de decisões políticas no decorrer do regime democrático. É então neste sentido, que se torna possível pensar que as matérias divulgadas por *Movimento* e também por outros veículos da imprensa, tinham o potencial de produzir grande impacto nos projetos do governo, uma vez que lançavam fortes suspeitas com relação aos rumos da transição política.

No geral, frente às inúmeras denúncias feitas por *Movimento* e por outros meios de comunicação com relação à prática e o envolvimento dos militares nos crimes de violação dos direitos humanos, a atitude dos mesmos foi basicamente de tentar desmentir, negar, ou simplesmente manter o silêncio diante dos fatos.

Ponto chave do processo de transição política, a Lei da Anistia foi amplamente discutida nas páginas de *Movimento*. Naquele contexto, a tortura foi abordada em algumas matérias onde se debatia, por exemplo, sobre quem seria ou não anistiado, sobre os crimes de tortura estarem ou não excluídos da Anistia, sobre a questão de se anistiar torturadores e de realizar o reconhecimento/identificação de tais pessoas etc.¹⁰⁶. Nestas matérias, ainda permanecia viva a esperança de que, mesmo com a Lei da Anistia, os responsáveis pelos crimes contra os direitos humanos cometidos no decorrer dos anos de repressão seriam punidos.

Contudo, pautada em conceitos como silêncio, reconciliação e esquecimento, a Lei da Anistia, não procurou a punição dos culpados; ao contrário, garantiu a impunidade dos mesmos, buscando deixar os casos de violência política dos anos de 1960 e 1970 no passado. Entretanto, tal passado guardava muitas marcas, dentre elas a de uma memória, que tendo sido imposta a partir do esquecimento, lutaria para voltar. Assim, o silêncio pretendido pela Lei da Anistia, como uma espécie de arma utilizada pelo regime militar para combater as denúncias de torturas, mortes e desaparecimentos, não aconteceu, ao contrário, uma gama de relatos,

¹⁰⁵ Ressalta-se que no contexto em que a reportagem é divulgada Paulo Henrique Sawaiva Filho já era apresentado como ex-assessor do então ministro da Fazenda Delfim Netto.

¹⁰⁶ São exemplos dessas reportagens: “Acusados, anistiados e promovidos”, *Movimento*, 09/07/1979, nº 210, pp. 10-11; “O congresso tem a obrigação de aceitar pressões democráticas”, *Movimento*, 06/08/1979, nº 214, pp. 7, 8 e 9.

testemunhos e reportagens sobre as arbitrariedades do regime continuaram a ser divulgados na imprensa¹⁰⁷.

Movimento, inserido neste contexto, seguiu sua trajetória de oposição ao regime com publicações críticas que demonstravam a permanência da arbitrariedade das ações ditatoriais, o que conseqüentemente, acabava, no mínimo, contribuindo com a deterioração da imagem das Forças Armadas perante a sociedade.

Passados os anos de repressão e o processo de transição política para a democracia no Brasil – que foi controlado pelos militares –, percebe-se que, no geral, estes conseguiram manter sob véus, muitos fatos da ditadura militar, conseguiram manter os parâmetros da Lei da Anistia, conseguiram inibir manifestações e mobilizações da sociedade etc. Contudo, não há como desconsiderar a estratégia política de resistência exercida por *Movimento*¹⁰⁸ no contexto de “abertura” e “distensão”, pois este ousou ser uma voz dissonante que expôs o lado silenciado e obscuro da história do regime, ação esta que, em certa medida, surtiu efeito, já que as Forças Armadas se viram diante da necessidade de confrontar as matérias dos jornais, os testemunhos e as memórias, contando a sua versão da história.

Luciano de Oliveira (2011) aponta que atualmente a visão dos militares é a de que, apesar de “vencedores no plano das armas”, eles foram “derrotados na luta histórica do período”¹⁰⁹, pois,

A guerra-suja’ que se deu no Brasil e na América Latina nos anos de 1960 e 1970 mostrou que os vencidos podem ter a última palavra, quando os vencedores ganham a guerra valendo-se dos métodos que cobrem de vergonha aqueles que os empregam, perdendo com isso os louros da glória e legitimidade para narrar seus feitos.¹¹⁰

Neste sentido, é possível pensar, por fim, que os reflexos provenientes dos discursos e estratégias jornalísticas de *Movimento* não se restringiram ao contexto de atuação do jornal, uma vez que, em certa medida, eles acabaram contribuindo também no processo de construção do passado acerca da repressão praticada no decorrer dos governos militares.

¹⁰⁷ Sem contar os livros de memórias de ex-militantes (ex: FON, 1979) e filmes que começaram a ser produzidos (ex: GABEIRA, 1979), todos destacando algum tipo de crime contra os direitos humanos cometido pelo regime militar.

¹⁰⁸ E também por outros veículos de comunicação que seguiam a mesma linha de *Movimento*.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Luciano. *Ditadura militar, tortura e história: a "vitória simbólica" dos vencidos*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2011, vol.26, n.75, p. 14.

¹¹⁰ *Ibidem*.

Considerações Finais:

É no contexto de mudança do cenário político do Brasil no final da década de 1970, que se encerram as reflexões em torno da posição editorial do jornal *Movimento* frente o regime militar.

No momento de finalizar as análises acerca da atuação deste semanário naquele contexto, cabe retomar alguns pontos importantes que nortearam o desenvolvimento deste trabalho. Conforme procuramos demonstrar, desde seu surgimento, *Movimento* tinha como propósito se constituir em um espaço democrático, onde seria realizado um jornalismo que teria como principal característica a oposição à ditadura militar. Nascendo como uma espécie de “resposta” à experiência do jornal alternativo *Opinião*, *Movimento* vislumbrava ser um jornal que não teria patrão e empresário, sendo regido, assim, por concepções de propriedade coletiva e cooperativismo. Além disso, buscava ser um periódico com uma linguagem mais acessível, uma vez que, o objetivo era atingir os trabalhadores dando aos mesmos a oportunidade de conhecer e lutar por seus direitos, aprimorando assim, o seu nível de consciência política.

Pensar sobre o contexto político no qual *Movimento* está inserido foi importante para vislumbrar o posicionamento do mesmo no decorrer do regime militar. O nascimento do periódico em meados de 1975 situa-se no contexto da abertura política implementada por Geisel, abertura esta que pretendia conduzir o país a um regime democrático. Entretanto, apesar dessa proposta, os mecanismos de perseguição, controle e repressão permaneciam. Casos de violência e tortura contra presos políticos e comuns eram ainda uma realidade constante no país e *Movimento*, mesmo tendo surgido naquele contexto, foi censurado desde sua primeira edição.

Frente a essa situação, *Movimento* se posicionou desde suas primeiras publicações como um projeto de oposição ao regime militar. Prova dessa questão foram as inúmeras matérias do jornal que colocaram o debate político no centro de suas preocupações, discutiram questões diversas sobre a sociedade brasileira, apresentaram diferentes correntes de opinião pública, destacaram várias arbitrariedades dos governos militares etc.

Foi atentando então, para essas questões, que tentamos identificar o posicionamento de *Movimento* frente ao regime militar através das reportagens que tratavam das práticas de tortura. Neste sentido, foi possível perceber que a decisão do jornal em destacar tal assunto,

de início, demonstrava uma forma de luta e resistência que pretendia atingir profundamente uma das bases da ditadura militar: a repressão violenta.

Posteriormente, em meados de 1978, quando o jornal já não vivia mais sob o rígido controle da censura prévia, e experimentava um clima de ampliação das liberdades políticas, este passou a tratar intensivamente o tema da tortura, questão esta que, além de reforçar seu engajamento no processo de luta e resistência contra o regime militar, representava em um contexto mais abrangente, um grande obstáculo no processo de transição política projetado pelo regime, uma vez que, a eficácia de tal processo só seria atingida caso o regime que ia se encerrando conseguisse se legitimar junto à sociedade.

Neste sentido, tratando das práticas de tortura por um viés crítico e com um explícito caráter de denúncia, *Movimento* produziu e publicou textos e imagens que levaram ao conhecimento público, de forma direta e algumas vezes inusitada, questões obscuras do sistema repressivo da ditadura militar, que apesar de já terem sido relatadas e denunciadas não eram, entretanto, discutidas e averiguadas.

Todo esse processo acabou então contribuindo para um desgaste da imagem das Forças Armadas, que se viram diante da necessidade de adotar medidas que bloqueassem os efeitos que essas denúncias publicadas por *Movimento* e também por outros jornais causavam no projeto de transição pelo regime arquitetado. Uma das medidas, conforme, foi destacado no terceiro capítulo, foi processar os jornais alegando que estes publicavam reportagens com o intuito de “denegrir” a imagem do Exército Brasileiro perante a opinião pública, e a outra foi a decisão das Forças Armadas de confrontar as memórias e os testemunhos, contando uma outra versão da história, ou seja, uma versão elaborada a partir da perspectiva deles, que pudesse controlar a memória daqueles anos de repressão.

Por fim, procuramos demonstrar que os reflexos da estratégia jornalística de *Movimento*¹¹¹, em certa medida, não ficaram restritos ao contexto de atuação do semanário quando, ousando ser uma voz dissonante, o mesmo explicitava as barbaridades do regime. Ao contrário, tais reflexos foram além, ultrapassaram as barreiras do silêncio, do esquecimento e da impunidade impostos pelos militares no processo de transição, e se tornaram parte da construção de um passado onde nenhuma atitude adotada pelo regime conseguiu apagar da memória coletiva de parte da sociedade, os crimes cometidos naqueles anos de repressão.

¹¹¹ Entende-se aqui a estratégia de um posicionamento contrário as arbitrariedades do regime militar.

FONTE:

Jornal da Imprensa alternativa:

MOVIMENTO. São Paulo: 1975/1982. Acervo completo digitalizado: Editora Manifesto, 2011.

Edições:

Zero (Junho/1975); 01 (07/07/1975); 70 (01/11/1976); *Edição Especial sobre a seção “Ensaio Populares”* (abril de 1977); 124 (14/11/1977); 139 (27/02/1978); 141 (13/03/1978); 151 (22/05/1978); 154 (12/06/1978); 155 (19/06/1978); 156 (26/06/1978); 157 (03/07/1978); 158 (10/07/1978); 160 (24/07/1978); 161 (31/07/1978); 162 (07/08/1978); 171 (09/10/1978); 172 (16/10/1978); 173 (23/10/1978); 174 (30/10/1978); 192 (05/03/1979); 194 (19/03/1979); 202 (14/05/1979); 203 (21/05/79); 210 (09/07/1979); 214 (06/08/1979); 228 (12/11/1979); 251 (21/04/1980); 334 (23/11/1981).

SEMINÁRIO:

“1964: 50 anos depois”. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e UNIVESP TV, 2014.

SÉRIE:

Resistir é Preciso. TV Brasil e Instituto Vladimir Herzog, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura, Anistia e Reconciliação*. Estudos Históricos. N. 45, 2010, p. 171-186.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

AARÃO REIS, Daniel. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil*. Texto apresentado na Fundação Humberto Delgado, Lisboa, no colóquio sobre impunidade realizado entre 20 e 21 de maio de 1999. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv94.htm>. (*Gramsci e o Brasil*). Acesso em 22/05/2014.

AGUIAR, Flávio. “Imprensa Alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo”. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 233-247.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

BELLUCO, Hugo Alexandre de Lemos. “Ciências Sociais, Imprensa e Política: a experiência dos semanários *Opinião* e *Movimento* (1972-1981)”. Anais do XV Encontro Regional de História – ANPUH – RIO • Rio de Janeiro, Jul 2012.

CAPARELLI, Sérgio. Imprensa Alternativa. In: *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Summus, 1986.

CASSOL, Gisele. “Tortura na ditadura militar brasileira (1964-1985)”. *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*. Santa Maria, ano 0, v.20, n.2, jul./dez.2007.

CHAUÍ, Marilena. Um regime que tortura. In: ELOYSA, Branca (org.). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais. Depoimentos e debates*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici*. Revista Estudos Históricos, Vol. 22, nº 43, 2009.

FICO, Carlos. “O golpe – O estado da arte”. In: *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: *Cartas ao regime militar*. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O preço da uma reconciliação extorquida”. In: TELES, Edson; SAFATLE Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura. A exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 177-86.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*: São Paulo, Boitempo, 2010, p. 137.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura. A exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LEMONS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

MIGUEL, Luis Felipe. O Jornalismo como sistema perito. *Tempo Social*, Revista Social, USP, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 197-208, mai. 1999.

- OLIVEIRA, Luciano. *Ditadura militar, tortura e história: a "vitória simbólica" dos vencidos*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2011, vol.26, n.75, pp. 07-25.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A Máquina da Memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2009.
- ROMEU, Inês Etienne. Relatório Inês: dossiê da tortura. *O Pasquim*, n.º 607, 12 a 18 de fevereiro de 1981, pp. 4-5 e 26.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SARTORI, Juliana. *Movimento, um jornal "partido": trajetória e conflitos em torno de um semanário (1975-1981)*. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.
- SARTORI, Juliana. *Jornal Movimento: Espaço de formação e participação política. Um estudo para além de suas páginas. (1975-1981)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, Jul 2011.
- TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. *A revanche dos vencedores. História, Memória e Luta Política no Orvil*. Ouro Preto, 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História (mimeo).
- TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. *A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira*. AEDOS, n.º 13, vol.5 – Ago/Dez 2013.
- TELES. *Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979*. Idéias. Campinas (SP), n. 1, nova série. 1º semestre 2010.
- VASCONCELOS, Daniela. (2013). Autoritarismo, direitos humanos e redemocratização: uma análise comparativa da justiça de transição no Brasil e na Argentina. *Revista Andina de Estudios Políticos*. Vol. III, N.º 1, 2013, pp. 134-165.